Página 13

Nº 100 AGOSTO/2011

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

CONGRESSO DA AE

Brasília: 29, 30 e 31 de julho de 2011

Fotos: Arquivo P13

Renato Nogueira

Rita Bastos

Celinha

Esta é a centésima edição do Página 13. A primeira circulou logo após o segundo turno das eleições de 1998. Esta começa a circular na semana do Congresso da Articulação de Esquerda.

São 18 anos de tendência. Possíveis graças a milhares de militantes que, em todo o Brasil, ajudaram a criar e construir a Articulação de Esquerda. Alguns não fazem mais parte do PT, outros não estão mais fisicamente entre nós. Não todos, porque seria impossível, mas vários são citados (e citadas) nas próximas páginas. E, nas fotos deste editorial, lembramos de três destas pessoas: Renato Nogueira, Celinha e Rita Bastos.

São 13 anos de Página 13. Além das edições impressas do jornal, há que se lembrar das edições eletrônicas, da própria www.pagina13.org.br, dos livros da Editora Página 13, bem como das centenas, talvez milhares de publicações que nossa militância produziu nas cidades, estados, movimentos sociais e instâncias partidárias.

Todo este papel pintado revela uma vontade política que sempre marcou nossa tendência: a de ajudar a construir uma tradição teórica, ideológica, cultural, do socialismo revolucionário no Brasil.

Quando esta edição chegar aos assinantes, provavelmente já terá ocorrido o Congresso da Articulação de Esquerda. Suas importantes resoluções serão objeto da edição 101 deste jornal.

De resto, só dizer que realmente tudo vale a pena, quando a alma não é pequena.

O Editor

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob a responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, têndencia interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Ana Lúcia Vieira (SE), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguir (RS), Célio Antonio (SC), Expedito Solaney (PE), Fábio Pessoa (PA), Iole Iliada (SP), Ivan Alex (BA), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jairo da Rocha (MT), José Fritsch (SC), José Ricardo (DF), Larissa Campos (MG), Laudicéia Schuaba (ES), Lício Lobo (SP), Mário Cândido de Oliveira (PR), Marcel Frison (RS), Marcelino Gallo (BA), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Olavo Brandão (RJ), Pedro Moreira (MG), Pere Petit (PA), Rafael Pops (DF), Rosana Ramos (DF), Rosana Tenroller (RS), Rodrigo Cesar (RJ), Rubens Alves (MS), Thalita Coelho (PA), Valter Pomar (SP).

Colaboraram com esta edição Adriana Miranda, Almir Barbio, Cácia Cortez, Damarci Olivi, José Barroncas, Leandro Eliel e Lena Azevedo.

Edição: Valter Pomar Diagramação: Caco Bisol (Mtb 5938/92) **Secretaria Gráfica e Assinaturas:** Edma Valquer (edmawalker@gmail.com). **Endereço para correspondência:** R. Silveira Martins, 147 conj. 11 - São Paulo/SP Cep 01019-000

Notas sobre a conjuntura

Wladimir Pomar

Os Estados Unidos se debatem numa crise sem precedentes, mas suas corporações transnacionais continuam pujantes, tendo por base sua segmentação global. Algo idêntico ocorre com os países europeus. Para sair da crise, seus governos tomam medidas neoliberais para salvar as instituições financeiras. Com isso, aprofundam a crise iniciada em 2008.

Guerras comerciais e armadas entram cada vez mais na pauta de seus setores políticos conservadores e reacionários, embora os custos financeiros das armas se tornem agravantes potenciais da crise. E, enquanto a política de hegemonia dos EUA continua a mesma, há uma perigosa guinada à direita, em vários países da Europa, tudo apontando para o agravamento das tensões regionais e mundiais.

A reação social à crise e as suas conseqüências ocorre de forma desigual. Há movimentações nos EUA e na Europa, e continuam as explosões sociais no Norte da África e Oriente Médio. Mas o socialismo permanece fora do horizonte, enquanto parte dos partidos de esquerda, mesmo socialistas, mudaram de natureza, transformando-se em partidos liberais ou neoliberais.

Na Ásia, marcante continua sendo o desenvolvimento da China e de seu papel econômico e político internacional, embora ela se esforce por evitar ações externas que possam ser tomadas como provocação, em especial pelos Estados Unidos.

A América Latina procura evitar a crise, após a adoção de políticas de desenvolvimento por governos de esquerda e centro-esquerda. No entanto, esses governos não conseguiram implementar fortes políticas de industrialização, e se encontram pressionados, tanto pelas demandas sociais acumuladas, quanto pela contra-ofensiva reacionária.

Finalmente, ao contrário de uma crise terminal, é necessário enxergar a crise do capital dentro de seu processo desigual de desenvolvimento. A maior parte do mundo ainda é um amplo campo para o desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, do modo capitalista de produção. O que não significa a impossibilidade de instalação de governos e Estados socialistas.

Problemas do Brasil

A aceleração do crescimento, com base na elevação do consumo, mostrou suas limitações no início do governo Dilma. A oferta industrial não conseguiu crescer no ritmo da demanda. Parte das terras produtoras de alimentos passou a ser utilizada na produção de *commodities*, tornando os alimentos um dos vilões da inflação. E, em virtude da crise mundial, as importações dos países desenvolvidos caíram e seus capitais foram direcionados para mercados, como o brasileiro, que oferecem altos juros.

Esse conjunto de fatores gerou pressões inflacionárias, obrigando o governo a comprimir a demanda, contendo salários e créditos. Ao mesmo tempo, o Banco Central elevou os juros, tornando o mercado doméstico ainda mais atrativo para os capitais especulativos, e pressionando a valorização do real frente ao dólar.

Essas medidas contraditórias, na contramão da industrialização, abriram os flancos para ataques contra o governo, por todos os lados, colocando em dúvida não só sua disposição de manter a aceleração do crescimento como política de longo prazo, mas também seu conteúdo industrializante.

Os altos juros fazem com que os capitais nacionais também priorizem a especulação. E a falta de uma política cambial firme contra a desvalorização artificial do dólar funciona como mais um obstáculo à produção industrial. Nenhum país se industrializa com juros altos e câmbio elevado.

Paralelamente, cresceram as fusões e incorporações empresariais. Elas fortalecem os oligopólios e os preços administrados, aumentam a pressão sobre a inflação e desorganizam as empresas médias, pequenas e micros, que se tornam incapazes de concorrer no mercado e são levadas à falência.

Esse processo, comandado pelo capital financeiro, hegemônico sobre a economia brasileira, tem sido a fonte da divisão política na burguesia, com uma parte se sentindo espoliada e buscando saídas. O crescimento econômico abriu novas oportunidades para esses setores da burguesia e, também, para as classes médias, embora não tenha produzido maior democratização do capital.

Já os trabalhadores assalariados, tanto urbanos quanto rurais, recuperaram em parte sua participação no conjunto da população brasileira. Se a re-industrialização se efetivar, essa recomposição, pode fazer com que os assalariados resgatem seu papel de fortes protagonistas na luta de classes da sociedade brasileira.

Nas áreas periféricas urbanas persiste a grande presença de camadas sociais *lumpen-proletarias*. Elas travam uma guerra permanente, tanto com as forças repressivas do Estado, quanto com as camadas trabalhadoras, que vivem nas mesmas áreas.

Portanto, ainda não houve uma reversão completa do caminho destrutivo levado a cabo pelos governos neoliberais. Houve reversão da estagnação para o crescimento econômico; da privatização das empresas públicas para o reforçamento das sobrantes; do desmantelamento do planejamento estatal para sua reorganização; da miséria para certo grau de poder aquisitivo das camadas de baixa renda; do desemprego para o aumento das taxas de emprego; da inércia frente à expropriação das micros e pequenas empresas para ações de apoio à existência dessas formas econômicas.

Também ocorreu uma reversão da total desestruturação da educação e da saúde para um processo de reorganização dessas estruturas; do abandono da ação habitacional do Estado para a retomada da construção de moradias; da democracia liberal formal para uma democracia relativamente participativa; e da subordinação às políticas imperiais para uma política soberana de integração sul-americana e diversificação das parcerias internacionais.

Portanto, bem vistas as coisas, falta transformar a política de crescimento em política de desenvolvimento industrial, científico e tecnológico; a política de reforçamento das estatais em política de constituição de novas estatais nos setores estratégicos; da política de planejamento em política de elaboração de projetos estruturantes; da política estatal de redistribuição de renda em política de redistribuição de renda através do apoio à luta dos trabalhadores por salários mais justos; da política de apoio à existência das formas econômicas capitalistas democráticas em políticas de desenvolvimento dessas formas; das políticas de reestruturação da educação e da saúde em políticas que tomem essas áreas como estratégicas para o desenvolvimento; e de transformação de relativa participação democrática em intensa participação popular na democracia.

Wladimir Pomar é jornalista

Patinando no Senado

Difícil admitir, mas a reforma política, considerada tão importante para fortalecer os partidos, aprofundar a democracia brasileira e ampliar a participação popular, patina no Senado.

Ainda em debate na Casa, o novo marco legal, com avançadas mudanças propostas pela Comissão Especial da qual a senadora Ana Rita (PT-ES), fez parte, caminha em ritmo lento e parece ter saído da agenda da imprensa e de boa parte dos parlamentares.

Mais do que isto: as mudanças propostas correm sério risco, como já havia alertado a senadora em várias ocasiões, de naufragar. "Sem ampla participação popular, pressão sobre o Congresso e vontade política, a reforma não sairá e, se sair, podemos ter pouquíssimos avanços ou mesmo retrocessos", garante a senadora.

Entre as propostas aprovadas pela Comissão Especial da Reforma Política do Senado estão: lista proporcional preordenada, financiamento público exclusivo de campanha, fim das coligações proporcionais, fidelidade partidária e cota de 50% nas eleições para as mulheres, proposta essa de ampliação feita por Ana Rita.

É na Comissão de Constituição e Justiça que são analisados, neste momento, as oito Propostas de Emenda à Constituição (PECs) e os quatro Projetos de Lei, resultado dos debates na Comissão Especial.

Votados

A opção, por exemplo, que alterava o modelo vigente para a eleição de deputados federais, estaduais e vereadores (lista proporcional preordenada), prevista na PEC 43/2011, foi rejeitada no dia 6 de julho, por 12 votos contrários e nove a favor.

"Felizmente, neste mesmo dia, após mais de duas horas de debates, os senadores também derrubaram, por 13 votos a oito, o substitutivo do relator, Romero Jucá, propondo o sistema de voto majoritário, o chamado distritão", conta Ana Rita.

Da mesma forma, os parlamentares recusaram a PEC 23/2011, que tramita em conjunto com a proposta de voto em lista e previa a realização de eleição interna nos partidos para escolha de candidatos.

Pra derrubar a lista preordenada senadores do campo da direita e alguns da base aliada usaram velhos argumentos. No debate da PEC, Pedro Taques (PDT-MT), Francisco Dornelles (PP-RJ), Aloysio Nunes (PSDB-SP) e Demóstenes Torres (DEM-GO) sustentaram que o voto em lista seria inconstitucional, por se configurar em voto indireto.

Em posição oposta, o líder Humberto Costa (PT-PE) contra-argumentou dizendo que o

Arquivo P13

Ana Rita participando de um debate no Senado

Alimento para a luta política

Filiada ao PT há mais de 24 anos, assistente social e integrante da Articulação de Esquerda desde a criação da tendência, a senadora Ana Rita diz que é na AE que se alimenta há quase 18 anos para fazer a luta política do dia-a-dia, se fortalecer e ajudar a construir políticas públicas que transformem de fato o País.

"A corrente me fortalece. Neste espaço entre companheiros e companheiras, mesmo com as diferenças de idéias e opiniões, que as vezes temos, me sinto à vontade e tranquila para, de forma transparente, propor, ouvir, debater, aprender, ensinar e alimentar o sonho de transformação", garante Ana Rita.

Ana Rita ressalta, também, aspectos que considera positivos na AE. "Somos uma tendência interna que tem a característica e o hábito do debate, de formular, de ouvir, de valorizar o coletivo, espaços que, infelizmente, uma parte significativa do nosso Partido tem dado pouca importância", avalia.

A aproximação de Ana Rita com a AE nasceu por meio da militância social junto a companheiras e companheiros capixabas das Comunidades Eclesiais de Base, as Cebs.

"Com eles, iniciei nas primeiras reuniões da AE no Espírito Santo, em Vila Velha. Foi identificação imediata, de idéias e de propostas. Era e é o que acredito e defendo em termos de sociedade. Minha entrada se deu pela política e na AE permaneço por isto", conta.

Pela tendência, Ana Rita se orienta para liderar o mandato democrático e popular que ocupa desde janeiro de 2011 no Senado. "É um mandato partidário, coletivo, onde a responsabilidade é de todas e todos que se identificam conosco e não apenas da senadora e daquelas e daqueles que ocupam um cargo no Gabinete", afirma.

Ana Rita diz que faz questão de cumprir com as obrigações partidárias, defender as administrações petistas e fazer a crítica, quando percebe que o que o PT e a AE defendem, foge ao rumo dessas gestões.

"Estamos nestes espaços para ajudar a fortalecer as políticas públicas para que a população possa se beneficiar e para ajudar a transformar a nossa sociedade", diz.

Saudação – Nesta entrevista ao Página 13, a senadora saudou a todas e todos os militantes e integrantes da AE pela realização do seu 1º Congresso e adiantou o que espera: "Minha expectativa é que façamos o bom debate, um diagnóstico de conjuntura capaz de apontar as nossas conquistas e desafios para o próximo período", diz.

A senadora fez questão, ainda, de elogiar o *Página 13*: "Ele é um instrumento organização, orientação e de reflexão, que está à serviço da militância petista e não apenas de quem compõe a AE. Com as dificuldades financeiras que temos, conseguir manter o jornal é uma vitória. Penso que é um exemplo que o PT no seu conjunto deveria seguir", considera.

sistema proporcional hoje previsto na Constituição já permite que o eleitor decida se votará no candidato ou no partido. Nesse sentido, a lista preordenada seria uma modalidade da regra que já vigora no país. Posição semelhante foi defendida por Ana Rita, Inácio Arruda (PCdoB-CE), Antônio Carlos Valadares (PSB--SE) e Marta Suplicy.

Na CCJ, a rejeição ao substitutivo de Jucá uniu petistas e senadores da oposição. Para Demóstenes e Aloysio, o "distritão" representa "a morte dos partidos".

Antes da análise destas propostas, a CCJ havia rejeitado, em 22 de junho, o aumento para cinco anos do mandato de presidente da República, governadores e prefeitos e barrado o fim da reeleição, previsto na PEC 39/2011.

Contra o mandato de cinco anos, o argumento foi de que a mudança representa a não coincidência entre o mandato do presidente da República e o dos parlamentares.

Também foi aprovado substitutivo unificando a data para realização de eleições municipais, estaduais, distrital e federal. Ao propor eleições em uma só data, Renan Calheiros (PMDB-AL), considerou que "haverá redução substancial de gastos, com grande economia de recursos, pois haveria um período eleitoral único a cada quatro anos".

Para assegurar os direitos adquiridos pelos atuais mandatários, a medida seria adotada apenas em 2018. Dessa forma, os prefeitos e vereadores eleitos em 2016 teriam, excepcionalmente, mandatos mais curtos, de apenas dois anos - o que propiciaria a unificação dos pleitos a partir de 2018.

Quanto às mudanças da data de posse de chefes do Executivo previstas na PEC 38/2011, o relator acatou a proposta de posse de governador no dia 10 de janeiro e de presidente da República no dia 15 do mesmo mês, mas propôs, no substitutivo acolhido na CCJ, a posse de prefeitos no dia cinco de janeiro, e não no dia 10, conforme previsto no texto original encaminhado pela Comissão de Reforma.

Riscos

Para Ana Rita, o vai e vem de propostas aprovadas na Comissão Especial e derrubadas na CCJ pode ser fruto, não só da dispersão do debate em torno do tema, mas de uma estratégia daqueles que veem nos avanços uma ameaça ao modelo atual que favorece o personalismo dos candidatos e o predomínio do poder econômico nas eleições.

"Precisamos estar atentos para que não se aprove mudanças que piorem o nosso sistema eleitoral, que ao invés de resolvê-lo, acentue os nossos problemas", defende a senadora.

Desafio

Ana Rita avalia que a derrota do voto em lista preordenada foi um grande retrocesso que não favorece a sociedade brasileira. Apesar disto, a senadora acredita que o jogo não está perdido. Ela lembra que até o momento apenas a PEC do voto em lista, as que tratam de suplente de senadores, candidatura avulsa, posse de chefes do Executivo, além do substitutivo de Juca e o PLS da mudança de domicílio eleitoral e reeleição, foram apreciadas.

"Tem muito que se analisar, em especial o financiamento público exclusivo de campanha e a cota de mulheres. A nós, ao PT e aos partidos de esquerda cabe, agora, reconduzir o debate ao eixo que interessa a sociedade", afirma.

Até porque, destaca a senadora Ana Rita, essas propostas que hora passam pelo exame da Comissão de Constituição e Justiça, ainda, serão levadas ao veredicto final do plenário. ★

É possível produzir alimentos preservando o meio ambiente

Arquivo P13

Luci Choinacki

Antes de começarmos a falar em preservação ambiental devemos ter coragem de apontar o meio ambiente como uma questão de justiça social. Meio ambiente não está aparte da inclusão social, da humanização, da mudança dos valores de uma sociedade que tem infelizmente hoje, o foco central no mercado e no lucro.

Para conseguirmos implantar medidas efetivas de preservação ambiental precisamos mudar a mentalidade do lucro fácil. Na visão que a maioria das pessoas tem hoje, não importa o que vai sobrar para a humanidade, importa que tenha de imediato dinheiro no bolso. Essa é um tipo de mentalidade que não cabe mais nos tempos modernos e democráticos onde temos um novo olhar generoso para o ser humano e para natureza.

Para revertermos essas certezas precisamos investir na educação ambiental e os jovens e estudantes tem papel de protagonismo nesta construção moderna. Acredito muito nessa juventude que vai apreendendo desde pequeno que o meio ambiente é necessário e fundamental para nossa vida e nossa subsistência. Queremos que a sociedade cobre ações efetivas nessa área, que os estudantes também cobrem: é preciso preservar o meio ambiente, fazendo a nossa parte.

Neste ano tivemos um grande embate na Câmara dos Deputados com a votação do novo código florestal. Nossa bancada começou uma nova mobilização para o aprofundamento e propostas de mudanças. Por isso participei e propus alterações ao texto original e através dessa intervenção conjuntamente com o Governo e Movimentos Sociais conseguimos colocar na proposta que foi em votação, questões muito importantes, como a diferenciação dos agricultores familiares e camponeses, a anistia da recomposição da reserva legal para os pequenos agricultores e a simplificação da averbação e do manejo da reserva legal para a agricultura familiar e camponesa.

Vamos continuar denunciando o desmatamento, apoiando os nossos pequenos agricultores e camponeses, defendendo com muita força a reforma agrária, nossos movimentos sociais, o meio ambiente. Acredito que é possível produzir alimentos com preservação ambiental. Nessa nova concepção de meio ambiente é preciso investir em políticas públicas que garantam o desenvolvimento sustentável das regiões e busque um desenvolvimento com baixo impacto ambiental, como a agroecologia.

Quem toma água somos nós, quem precisa da terra e da comida somos nós e somos nós que precisamos do ar para respirar. Temos que ter uma relação com a natureza baseada no amor, assim como uma mãe que cria um filho educando, impondo limites e ensinando o respeito a todos, precisamos tratar a natureza da mesma maneira.

Outro graves problemas brasileiros é com relação a destinação do lixo. O Brasil produz por dia mais de 183 mil toneladas de lixo urbano. Mais de um milhão de pessoas trabalham e sobrevivem da reciclagem desse lixo. Mesmo assim, grande parte dessa riqueza vem sendo desperdiçada. Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente, o Brasil deixa de ganhar 8 bilhões de reais anualmente por não reciclarmos tudo o que é possível e o primeiro passo é começarmos a separar dentro de casa.

Luci Choinacki é Deputada Federal (PT/SC)

Arquivo P13

Entrevista Iriny Lopes

De militante dos direitos humanos, combatente junto aos movimentos sociais, deputada federal por três mandatos, dirigente do PT, ministra de Estado da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes agora vai para a prefeitura de Vitória?

Como ministra das Mulheres tenho me empenhado na tarefa de ajudar o governo da presidenta Dilma, especialmente a estabelecer e ampliar as condições para a construção da autonomia econômica, financeira e política das mulheres. É com isso que tenho me ocupado. O debate sobre a eleição para a prefeitura de Vitória está sendo feito pelo Diretório Regional do Partido, como ministra não tenho me envolvido.

Como foram os primeiros seis meses de gestão à frente do Ministério das Mulheres, o que avançou?

Nesse período avançamos na repactuação das políticas para as mulheres com estados e municípios, para que a transversalidade e a intersetorialidade das políticas sejam assumidas por todas as áreas em todas as instâncias de governo. Tenho dito que não teremos ministérios de mulheres para tratar de cada questão como saúde, educação, segurança, trabalho, economia, cultura etc. Nossa ação é transversal. Recentemente convocamos o Fórum Nacional de Organismo de Políticas para as Mulheres, com a presença de 200 municípios de 21 estados, para debater a efetivação das políticas para as mulheres. Pois o que temos não é o suficiente, somente 10 por cento dos mais de cinco mil e 500 municípios possuem coordenadorias ou secretarias de mulheres. Estamos nos empenhando para aumentar a escala dessas políticas. Não vamos fazer o papel dos municípios, nem dos estados, mas precisamos construir as interfaces e estabelecer a transversalidade das políticas públicas para que elas transformem positivamente a vida das mulheres. Estamos reforçando os diálogos com todos os entes federados, com os movimentos sociais, com o parlamento, com instituições financeiras e de pesquisas. É como se fossemos alinhavando um grande mutirão em prol das mulheres do Brasil. Estamos avançando, embora o caminho seja ainda longo.

Você definiu, como eixo central de sua gestão na SPM, a autonomia econômica e financeira das mulheres. Como essa questão vem sendo trabalhada?

Buscar a autonomia econômica e financeira das mulheres com equidade no mundo do trabalho é um passo importante para a sua libertação e inserção na sociedade em condições de igualdade. Esse é um desafio que temos que enfrentar para romper com a desigualdade entre homens e mulheres. A discriminação das mulheres no campo econômico é um processo histórico e dá suporte às outras formas de subjugação, de opressão de gênero. Ao longo da história, às mulheres não foram dadas oportunidades em igualdade de condições em relação aos homens. Estamos tratando de elaborar e implementar políticas para corrigir essa lacuna histórica. E além das ações concretas, é preciso atuar no convencimento e mudança de postura das instituições do Estado que foram pensadas e estruturadas sem recorte de gênero e que contribuem em muito para perpetuar essa desigualdade.

Nesses seis meses, assinamos o protocolo de intenções com a Caixa Econômica Federal para apoiar o empreendedorismo e a geração de trabalho e renda por meio do microcrédito para as mulheres, com objetivo é garantir a autonomia econômica de forma sustentável. Dados do Sebrae (Serviço Brasileiro e Apoio à Micro e Pequenas Empresas) mostram que cada vez mais as mulheres estão assumindo a liderança nos pequenos e médios empreendimentos. A implantação de linhas de financiamento de atividades produtivas lideradas pelas mulheres é importante para apoiar e aumentar essas iniciativas de autonomia econômicas. Para isso, estamos desenvolvendo um modelo

de microcrédito especializado para as mulheres, com participação do BNDES. Houve também, nesse período, a ampliação dos créditos para as agricultoras e o aumento dos valores do programa Bolsa Família, o que favorece as mulheres, uma vez elas são a maioria entre as famílias beneficiadas.

***E como fica a promoção da autonomia políticas das mulheres*?**

A autonomia política das mulheres depende em muito da reforma política que está em debate no Congresso Nacional. Na minha opinião, se os movimento sociais não se mobilizarem e forem bater às portas do Congresso Nacional, a reforma política não vai mudar uma vírgula em relação às mulheres. A nova legislação tem de evoluir para a destinação de uma porcentagem das cadeiras a serem ocupadas nos parlamentos. Reunimos há poucos dias o Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, (PT, PTB, PSB, PPS, Pc do B, DEM, PMDB, PDT, PR, PTN, PRTB, PV, PP, PRB), em Brasília, para discutir a proposta de reforma política visando à ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder. E dentre as proposições debatidas estão a adoção de listas preordenadas alternadas entre mulheres e homens e o financiamento público de campanha. O objetivo é garantir maior paridade na representação do Congresso Nacional.

Mas a eleição da Presidenta Dilma, não é uma referência importante que estimula a participação das mulheres na política?

A eleição de uma mulher na presidência tem um impacto simbólico e político sem precedentes, mas temos que mudar as leis para contemplar o direito das mulheres de igualdade de condições também no mundo da política, que hoje é muito tímida, pois somente 8,8% das cadeiras na Câmara são ocupadas por mulheres e existem apenas 400 prefeitas no Brasil. A eleição da presidenta Dilma Rousseff foi importante, mas não mudou nada em relação a estados e municípios e demais poderes. E não podemos esquecer que a reforma política com igualdade de gênero e participação popular está relacionada com a construção da autonomia econômica das mulheres e com a erradicação das práticas de violência e intolerância. Se uma mulher tem autonomia econômica, ela não aceita como naturalidade a violência e tem condições e estrutura para se desfazer do seu agressor. Com autonomia política, ela tem mais liberdade para atuar e exercer sua cidadania e vice versa.

Como a SPM tem atuado junto ao Plano Brasil sem Miséria?

Estamos trabalhando em sintonia com o Plano Brasil sem Miséria, pois das 16 milhões de pessoas que o programa quer tirar da pobreza, a maioria é composta por mulheres, e entre elas as negras, chefes de família. Uma política de desenvolvimento voltada às mulheres não envolve só as mulheres, mas também quem está sob seus cuidados: jovens, adolescentes, idosos e crianças sob a responsabilidade dessa nova família chefiada pelas mulheres. O programa tem ênfase nos municípios, especialmente das regiões onde há maior vulnerabilidade social e onde as mulheres são as mais afetadas. Programas de transferência de renda, de incentivo ao empreendedorismo e à produção das mulheres do campo e das florestas, com a ampliação do Programa de Aquisição Alimentos – PAA e o lançamento do Bolsa Verde, recebem mais atenção e contempla mais as mulheres, pois na produção da agricultura familiar elas são maioria e as que mais preservam o meio ambiente. Os programas de qualificação e formação profissional e incentivo à formalização do trabalho, para as mulheres urbanas também terão maior cobertura.

Este ano a Lei Maria da Penha (Lei no 11.340/06) completa cinco anos. Qual foi o impacto dessa lei para coibir a violência contra as mulheres e o que avançou nas políticas de enfrentamento à violência?

Trata-se da lei mais conhecida e aprovada pelos brasileiros, segundo pesquisa do IPEA, e é reconhecida como uma das melhores leis no campo jurídico internacional. A Lei Maria da Penha refletiu o avanço legislativo internacional e se transformou no principal instrumento legal de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher no Brasil. Os benefícios alcançados pelas mulheres com a Lei Maria da Penha são muitos: criou mecanismo judicial específico – os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres; medidas protetivas de urgência para as vítimas de violência doméstica; reforçou a atuação das Delegacias de Atendimento à Mulher, da Defensoria Pública e do Ministério Público e da rede de serviços de atenção à mulher em situação de violência domestica e familiar; previu medidas de caráter social, preventivo, protetivo e repressivo; definiu as diretrizes das políticas públicas e ações integradas para a prevenção e erradicação da violência doméstica contra as mulheres, como a implementação de redes de serviços interinstitucionais, realização de estudos e estatísticas, implementação de centros de atendimento multidisciplinar, delegacias especializadas, casas abrigo, campanhas educativas, capacitação dos integrantes dos órgãos envolvidos na questão, dentre tantas outras medidas de importância.

Mas a lei Maria da Penha tem sua constitucionalidade contestada.

Tivemos uma vitória na defesa e afirmação da lei. O Supremo Tribunal Federal reconheceu, no dia 24 de março, a constitucionalidade da Lei Maria da Penha ao negar o habeas corpus impetrado pela Defensoria Pública da União, que questionava o artigo 41. Esse julgamento favorável à Lei Maria da Penha foi um passo decisivo e positivo rumo à conclusão da discussão sobre a sua constitucionalidade, mas ele não é o último. Fui relatora da lei na Comissão de Constituição e Justiça quando era deputada federal e sei que as opiniões das ministras e ministros da Suprema Corte Brasileira, que votaram seguindo o relator Marco Aurélio Mello, confirmam com fidelidade a intenção da lei, que é salvar a vida e a dignidade das mulheres.

E como está o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres?

O Pacto é resultado e conseqüência da Lei Maria da Penha e do esforço concentrado do movimento de mulheres para a criação doe um instrumento de política articulasse, normalizasse e desse concretude à política de enfrentamento à violência contra as mulheres, de maneira a que envolvesse todas as instâncias de poder em todas as unidades da federação – o Pacto foi o instrumento articulador que legitimou esse processo.

Acabamos de fazer um encontro com todas as gestoras estaduais do Pacto e o balanço é positivo. Todos os estados já assinaram o pacto e 320 municípios já possuem organismo de políticas para as mulheres. A primeira fase do pacto, que foi de implementação, afirmação e efetivação dos direitos das mulheres em situação de violência, tendo como instrumento de ação, um pacto federativo. Isso não tem precedentes, as mulheres passaram a contar com uma rede de proteção e acolhimento e essa construção envolve todas as instâncias de governo e poderes - executivo, judiciário, legislativo, instituições públicas, movimentos sociais e organizações não governamentais. O que teve grande repercussão na vida das mulheres, pois foram implantadas as bases do enfrentamento à violência. A partir de agora, esperamos maior compromisso e engajamento dos governadores e prefeitos em reconhecer a importância dos organismos de políticas para as mulheres no âmbito regional e local e da consolidação do Pacto com escala cada vez maior.

Como a SPM está tratando a presença das políticas para as mulheres no PPA?

Fizemos um intenso debate durante as discussões de definição do PPA. Essa é uma experiência muito positiva, pois nos planos anteriores não havia a inclusão das políticas para as mulheres, como tal. As ações estavam inseridas dentro de outros programas e ficavam diluídas em ações que nem sempre priorizavam as mulheres. O que havia era a definição de recursos para um ou outro programa, que não se caracterizavam como específicos de políticas para as mulheres, com exceção do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Estamos incluindo no PPA, eixos de ações que se inter-relacionam e têm atuação em todas as esferas de governo, nos estados e municípios, que é onde essas políticas devem tomar con-

cretude e melhorar as condições de vida das mulheres. Os eixos prioritários são: promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta; fortalecer e apoiar a implementação da Política de Atenção Integral à Saúde das Mulheres; fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica.

Quanto à política de enfrentamento à violência contra as mulheres, ficou estabelecido no PPA os seguintes eixos: ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em situação de Violência; fortalecimento, implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha e o Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres; promover o acesso a Justiça às mulheres em situação de violência por meio da implementação da Segurança Cidadã, dentre outras ações de igual importância.

Com a inclusão das políticas para as mulheres no PPA, será possível tratar cada área de maneira mais aprofundada e atuar com mais sincronia e de forma mais integrada com a política de enfrentamento à miséria e à pobreza.

Como está se desenvolvendo o processo da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres que vai acontecer em dezembro?

A 3ª Conferência das Mulheres terá um sentido simbólico e político ainda maior, pois será a Conferência das Mulheres no primeiro ano da primeira presidenta do Brasil. Será um momento simbólico, político e historio importante para a luta das mulheres brasileiras por igualdade. A 3ª Conferência, além de debater sobre o momento político e econômico, vai rever o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, (PNPM), construído com base nos resultados de duas grandes Conferências Nacionais de Mulheres que envolveram diretamente mais de 300 mil mulheres de todo o Brasil. Vamos receber em Brasília mais de três mil mulheres de todas as regiões do país, vindas dos mais diferentes processos de organização, para debater com profundidade as políticas para as mulheres. Esta é a nossa maior meta para este ano e já está em processo com as mobilizações das conferências municipais que estão acontecendo. E a partir de suas realidades, as mulheres vão debater a criação de uma plataforma de políticas para no âmbito municipal e estadual, à luz dos eixos temáticos definidos na convocação da 3ª Conferência que são: análise da realidade social, econômica, política, cultural brasileira e os desafios para a construção da igualdade de gênero, na perspectiva do fortalecimento da autonomia econômica, social, cultural e política das mulheres que contribuam para a erradicação da pobreza extrema e a cidadania pelas mulheres brasileiras; e a avaliação, atualização e aprimoramento das ações e políticas propostas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, sua execução e impactos e definição de prioridades para o próximo período. ★

Confirmamos que é possível

Em entrevista exclusiva ao Página 13, o ex-ministro Altemir Gregolin faz um resumo dos avanços e dos desafios do setor que esteve sob seu comando, e antes sob comando do ex-ministro José Fritsch.

Arquivo P13

Como você avalia a evolução do setor da Pesca e Aquicultura, ao longo do governo Lula?

Durante os oitos anos do governo Lula, os avanços foram muito grandes. De um setor que não tinha política pública, passamos à implementação de um conjunto de políticas, que durante oito anos promoveram mudanças substanciais na realidade. É o caso da própria criação do ministério, uma reivindicação de trinta anos do setor. A criação da Embrapa Pesca e Aquicultura, para desenvolver tecnologias para o setor. A aprovação da nova lei da pesca, que estava tramitando há 14 anos. Uma legislação para cessão de águas da União, para desenvolver a aqüicultura. E as políticas de crédito, de assistência técnica etc. Saímos de um orçamento de 11 milhões em 2003, para um orçamento de 800 milhões em 2010.

Qual tua avaliação sobre os desafios do setor, hoje, no governo Dilma?

São muitos os desafios. Primeiro, garantir que haja continuidade das políticas que vinham sendo implantadas. Nesse sentido, é fundamental consolidar o ministério, a Embrapa, consolidar as políticas de inclusão social que foram implementadas. Além disso, um grande desafio é implantar uma política de reordenamento pesqueiro, para que a pesquisa seja de fato sustentável. Consolidar uma nova frota de pesca artesanal e industrial. Expandir o desenvolvimento da aqüicultura, que é onde o Brasil tem mais potencial. Manter o crescimento duradouro do consumo, que no governo Lula chegou a 6 a 8 por cento ao ano. E na área da produção, que nos últimos anos foi de 15%; sendo que no caso da aqüicultura foi a 43%.

Que diferença fez, para o setor, para o governo e para o PT, ter a frente do ministério um petista que é também militante da AE?

A grande diferença está na concepção que nossos ministros levaram para o governo em relação a natureza das políticas públicas e em relação ao jeito de fazer. Em relação à concepção, elaboramos e implementamos uma política de Estado, estruturante. Do ponto de vista do jeito de fazer, fazer com participação social. O melhor exemplo disto foi a realização de três conferências nacionais, o fortalecimento das organizações dos pescadores e aquicultores. E uma política que promovesse a inclusão social. Esses foram os grandes méritos e diferenças.

E o que nós, militantes da AE, aprendemos com estes oito anos de experiência a frente do ministério?

Eu acho que só o fato de termos estado no governo e termos tido a oportunidade de uma experiência que eu considero ímpar já é um grande mérito. Em segundo lugar, demonstramos que é possível estar no governo e promover as transformações que a gente apregoa, o desenvolvimento do pais com distribuição de renda, com inclusão social, com aprofundamento da democracia, um governo mais a esquerda. ★

2012 vem aí

João de Deus Castro

São Luís será mais uma vez palco da principal disputa política no estado do Maranhão, em 2012. Pudera. Trata-se do principal orçamento do estado, só superado pela própria esfera estadual de governo. E é também onde têm expressão política mais vívida as principais forças, à direita e à esquerda, que se digladiam pelo poder, no estado, há pelo menos trinta anos.

A situação de abandono em que se encontra a capital é triste e vexatória para seus moradores. Para os senhores no poder nem tanto. Estão acostumados a fazerem o que bem entendem do orçamento público, que tomam como se fosse privado, ou melhor, familiar. É um costume antigo que se perpetua em nosso Maranhão. Há exceções, claro, e melhor, há resistência. Porém, os desafios são gigantescos e a conjuntura política é das mais complicadas.

São Luís, que sempre foi um bastião dessa resistência, sob governos principalmente do PDT de Jackson Lago, encontra-se, desde 2009, sob o comando (tacão) do ex-governador biônico dos tempos da ditadura, João Castelo (PSDB). Um oligarca que disputou o governo da cidade várias vezes, vencido pelo mesmo PDT, e que não se incomoda com ruas esburacadas, transporte público destruído e caro, saúde e saneamento quase inexistentes e população sem renda, em cujo governo encontra-se o mesmo PDT (ou talvez seja outro). Mas Castelo larga em 2012 com pelo menos 30% das intenções de voto e será o alvo da maioria dos outros candidatos.

A oligarquia Sarney, no governo do estado há quase 50 anos, ainda não definiu candidatura em São Luís e joga com diversas possibilidades, desde candidatura própria (PMDB) até uma aliança, apresentando o vice, com o PT, desde que este se disponha a aprofundar mais ainda o fosso em que se metera e no qual afunda, aliando-se a Roseana Sarney em 2010, oferecendo tempo de TV para campanha e o vice, Washington. E passando por cima da maioria do partido, no Maranhão, que seguiu com Flávio Dino (PCdoB). A participação do PT no governo é pífia, e a participação do governo na melhoria de vida do povo é zero. O PT, por esta via, colhe contradições e desacumula forças para qualquer propósito pela esquerda.

O ex-deputado federal Flávio Dino, recém--nomeado para o comando da Embratur, demonstrou com isso força política e prestígio junto a Dilma, ainda que alguns levantem diversas suspeitas ao suporem que tal só seria possível com as bênçãos de Sarney. Um raciocínio tosco, claro, que coloca Sarney acima da presidenta, embora o comportamento do comunista venha dando azo a isto, na medida em que se pronuncia pouco e, quando o faz, não afronta a oligarquia. Já deu provas de que, quando decide, vai direto na jugular, vide a reta final da campanha de 2010, quando mais cresceu, quase chegando ao segundo turno. Desde 2008 que é assim. Sinal de que há por trás disto não o rabo preso à oligarquia como muitos imaginam, mas uma tática delicada, qual seja, de não se distanciar do governo federal, do qual seu partido é base de sustentação, assim como Sarney. O argumento de que Flávio ficou justamente sob o guarda-chuva do Ministério do Turismo, que tem à frente Pedro Novais, homem de Sarney, também cai por terra. Novais é claramente dos ministros mais enfraquecidos do governo Dilma. A revista Carta Capital (13 de jul/11) dá conta de que "Dilma pensou em dispensá-lo dias antes de assumir, quando foi divulgado que, ainda deputado federal, pagara uma festa de motel com verba da Câmara. Apadrinhado por (...) Edson Lobão e (...) José Sarney, acabou mantido no cargo, mas totalmente desprestigiado, a ponto de nunca ter sido recebido em audiência individual pela presidenta e de o orçamento da pasta ter sido cortado em 84%. (...) em seis meses no cargo, o ministro assinou uma única portaria". E ainda: "Outro sinal de desprestígio foi a recente indicação de um desafeto de Novais e Sarney, o deputado Flávio Dino, do PCdoB maranhense, para a presidência da Embratur". Flávio Dino foi nomeado não por causa, mas apesar de Sarney, e entraria em 2012 com pelo menos 30% de intenções de voto.

Talvez Dilma entenda, melhor do que Lula, que há uma direita oposicionista, mas também há uma direita na coligação governista. E como a primeira foi reduzida (PSDB e DEM) e a segunda tem crescido (PMDB), não é bom descuidar. A retirada sem traumas de Alfredo Nascimento da pasta dos Transportes também é sinal disso. Bom sinal. Pena que o PT do vice-governador Washington não entenda isto, e só consiga vislumbrar táticas cujo sentido estratégico acaba por fortalecer o PMDB e secundarizar o papel do PT no Maranhão. Há espaço, e muito, para uma candidatura de esquerda em São Luís, petista, polarizadora e mobilizadora, a ponto de ir para o segundo turno e vencer, ou, no mínimo, de não permitir que João Castelo se reeleja, para o bem da cidade. E ainda acumule forças para dificultar a vida da direita em 2014, quando então a oligarquia Sarney se veria novamente em sérios apuros. O deputado estadual Bira do Pindaré representa essa possibilidade. Em recente Seminário da Resistência Petista, realizado em São Luís no dia 09 de julho, com diversas forças internas do partido, com a presença de Renato Simões (da CEN do PT) e de Marcelino Galo (deputado estadual do PT da Bahia), bem como de dirigentes de diversos municípios do estado, o campo petista antioligarquia confirmou o nome de Bira do Pindaré à prefeitura da capital, juntamente com outros a serem levados para as instâncias do partido: Terezinha Fernandes, Expedito Barroso e Adalberto Franklin (Imperatriz), Genilson Alves (São Mateus), Arnaldo Colaço (São José de Ribamar), Socorro (Centro Novo) etc.

Não há tempo a perder. É construir uma saída pela esquerda para São Luís e para o Maranhão. E nisto o PT ainda pode jogar um papel central, desde que perceba que os aliados oportunistas de agora são na verdade inimigos de classe de sempre. Basta ver a realidade do povo para perceber o óbvio: a adesão da oligarquia Sarney ao governo federal nunca trouxe qualquer proveito para o Maranhão, mas, isto sim, constitui-se em forte obstáculo à entrada de políticas públicas, desenvolvimento e democracia.

João de Deus Castro, ex-Secretário de Juventude do PT/MA e servidor público do MPF/SP

Governo Cabral: um balanço necessário

Fotos: Arquivo P13

Bombeiros: cenas de uma greve justa

Olavo Carneiro

A partir de 2003 o Rio de Janeiro voltou a crescer economicamente, com taxas de emprego em ascensão, elevação de investimentos públicos e privados, ampliação de acesso da juventude ao ensino tecnológico e superior. O estado também tem visto uma ampliação de equipamentos públicos de saúde, como as Unidades de Pronto Atendimento (UPA's) e um esforço de melhorar a atuação dos agentes de segurança pública e da extensão rural, com inúmeras atividades de capacitação e formação permanentes e com instrumentos de trabalho novos como carros.

Mas estas marcas positivas do último período são ações do governo federal. As próprias Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) são parte de uma proposta de segurança publica que tem no Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci) o seu centro. As iniciativas de tornar o Rio de Janeiro um lugar mais solidário e tolerante com a diversidade, como o Rio sem Homofobia, também dialogam com as políticas nacionais.

Quando olhamos mais atentamente as ações genuinamente do governo estadual, o balanço é bem diferente.

A primeira marca é a profunda desvalorização dos servidores públicos estaduais, marca expressa nos baixos salários e péssimas condições de trabalho. O Brasil hoje sabe que os nossos bombeiros possuem o pior salário da categoria em todo o país. Do mesmo modo, os professores da rede pública estadual, que possuem um salário menor que os dos bombeiros. Os problemas de qualidade e preço do transporte público continuam sem ser enfrentados. Para piorar, as concessões foram renovadas e concentradas nas mãos de poucos. As barcas que periodicamente atrasam e quebram, com riscos para os passageiros, receberam do governo estadual o prêmio de diminuírem seu horário de funcionamento e recursos públicos para aquisição de novas embarcações.

Outra característica negativa do governo estadual é a forma como lida com as manifestações, demonstrando intolerância e autoritarismo. No início de 2011, por ocasião da visita do presidente norte americano, um grupo de manifestantes foi preso como criminosos comuns, inclusive tiveram as suas cabeças raspadas pela Policia Militar do governo estadual. As manifestações dos professores em 2010 foram reprimidas com cassetetes pela mesma PM. E mais recentemente vimos os bombeiros terem que ter uma atitude desesperada de invadir um quartel para que o governador Cabral se dignasse a iniciar negociações com a categoria, que além de salário queriam vale transporte e até pé de pato para os salva-vidas.

Para tornar o balanço ainda mais preocupante, a população fluminense está descobrindo que o governador Sergio Cabral possui relações condenáveis, na condição de gestor público, com empresários. Observamos incrédulos a mistura do publico com o privado, onde quem tem contratos milionários com o governo estadual também custeia férias e passeios, como nos casos do empresário Cavendish e Eike Batista.

Nós do PT-RJ apoiamos a reeleição do governador Cabral à luz da aliança nacional com o PMDB para a eleição da presidenta Dilma. Neste contexto compusemos o governo estadual nas pastas do Ambiente e da Assistência Social e Direitos Humanos.

Nesta condição, propomos ao governador Sergio Cabral que: *a) para além de normas de conduta ética, o governador promova uma au-*

ditoria nos contratos e convênios referentes às grandes obras em andamento no estado, de modo a mostrarmos o compromisso do governo com a transparência; b) avance nas negociações com os professores em greve; c) que constitua e faça funcionar o Conselho Político do governo.

A direção estadual do PT-RJ realizou, no primeiro semestre de 2011, duas ações importantes para o PT enfrentar as eleições de 2012.

A primeira foi a realização do Ciclo de Debates 2011 com os DM's nas microrregiões, possibilitando uma retomada da relação Direção Estadual-DM's, propiciando a aproximação dos dirigentes municipais e da militância na mesma região, estimulando o retorno do debate político na e com a base.

A outra iniciativa foi a constituição do Grupo de Trabalho Eleitoral (GTE) e a elaboração de um mapa eleitoral de cada município. A conjuntura nacional levou o Diretório Nacional a aprovar uma linha política para 2012 calcada no fortalecimento do PT, priorizando o investimento em eleger mais prefeitos e vereadores em todo o país. No Rio de Janeiro observamos movimentos de adversários visando se fortalecer e enfraquecer o PT para 2014.

Seja pelo nosso projeto de transformação da sociedade brasileira, seja pelos movimentos supracitados, o PT-RJ em termos gerais deve priorizar os partidos do chamado campo democrático e popular (PC do B, PDT e PSB), sem que isto impeça onde for favorável a composição de alianças com a base de sustentação do governo Dilma. O centro da nossa tática deve ser fortalecer o PT e tentar impedir o avanço das movimentações que visam o nosso isolamento para 2014.

Precisamos também realizar um balanço sobre a filiação de quadros políticos que nada tinham ou têm a ver com os princípios e valores do partido, em termos programáticos e ideológicos, com conseqüências muitas vezes catastróficas para a imagem do Partido. Corremos o risco de nos transformamos em uma sigla de aluguel, e perder de vez identidade, como partido de esquerda e de transformação da sociedade.

É importante destacar que o desempenho das nossas chapas de deputados em 2010 demonstrou que os espaços institucionais de pouco valem se não somos identificados como porta vozes de um projeto de mudanças.

Deste modo não ajudará a fortalecer o nosso projeto filiar nomes com suposta viabilidade eleitoral, mas que depois não dialogam com o partido e/ou não implementam as nossas políticas públicas. Importante também lembrar que o único critério para alguém se filiar ao PT não é apenas ser um "ficha limpa", mas ter afinidade e concordância com nosso programa e o nosso estatuto. Nossas diferenças centrais com os partidos de oposição de direita são ideológicas e programáticas e não em torno da questão da corrupção.

Olavo Carneiro *é dirigente estadual do PT-RJ*

Jornada de lutas

Arquivo P13

Dionilso Marcon

O primeiro semestre deste ano foi demarcado por um forte processo de luta das forças populares, com igualmente fortes reações das forças conservadoras de nosso país.

No campo, o agronegócio definiu como tarefa número 01 a destruição do Código Florestal. Além de todas as implicações ecológicas, as propostas da elite agrária têm conseqüências agrárias profundas, ao buscarem acabar com a função social da terra.

Os movimentos camponeses compreenderam esse duplo caráter do enfrentamento, e promoveram lutas unificadas com organizações ambientalistas e com os trabalhadores urbanos. Nosso mandato apoiou constantemente essa frente ampla, levando ao Plenário suas mensagens e demarcando a posição popular ao votar contrário ao projeto do deputado Aldo Rebelo. Fomos derrotados na Câmara dos Deputados, mas temos certeza que nosso enfrentamento colaborou para o alinhamento da posição da Presidenta Dilma às expectativas das forças progressistas de nossa sociedade.

Revoltante foi a resposta dos ruralistas dada no campo. Quase uma dezena de lideranças camponesas foram literalmente caçadas e assassinadas. O sangue derramado sobre a terra e a floresta causa muito sofrimento, mas nutre a garra dos movimentos sociais. Nosso mandato estará empenhado em colaborar com a punição dos reais mandantes desses crimes.

Além desta luta específica, ocorreram mobilizações das diferentes forças do campo brasileiro. As jornadas de lutas dos movimentos trouxeram uma pauta bastante similar. Primeiramente, a definição da Reforma Agrária como prioridade para superar a miséria. Houve também consenso na necessidade de um programa estruturante que resolva o histórico endividamento dos agricultores familiares e assentados, pauta que foi acolhida pela Presidenta prontamente. Em ambas as pautas nosso mandato esteve ao lado dos movimentos sociais, seja dando apoio político às manifestações e negociações, seja assumindo a presidência da Subcomissão do Endividamento Agrícola da Comissão de Agricultura da Câmara Federal.

As organizações urbanas também garantiram mobilizações fundamentais para o avanço da agenda da classe trabalhadora. Primeiramente, ao pautar a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Essa medida é um conquista necessária para a dinamização da economia e para a melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora.

Outra pauta importante, que possui nosso apoio, é a aprovação da PEC 300, a qual garante o piso nacional para os policias militares e bombeiros. O pagamento de um salário justo para esses trabalhadores é um dos pilares de uma política justa e cidadã de combate à violência.

Para garantir as conquistas que foram sinalizadas pela Presidenta Dilma a partir das mobilizações sociais do campo e da cidade, as organizações populares manterão as lutas ao longo do segundo semestre deste ano. Nosso mandato estará vigilante para dar todo o apoio e agir de acordo com as demandas da classe trabalhadora brasileira.

Dionilso Marcon é deputado federal (PT-RS)

Quem tem medo da democracia?

Rafael Pops

Desde o golpe militar de 64 os conservadores perceberam que teriam próximo do Palácio do Planalto um "calcanhar de aquiles" chamado UnB. A Universidade de Brasília, concebida com ideias profundamente transformadoras, tornou-se duríssimo pólo de resistência. Foi alvo de uma invasão militar em agosto de 68, demissão coletiva de professores perseguidos e intervenção por um capitão de mar e guerra.

Mas nunca deixou de ser uma referência para amplos setores da sociedade. Uma universidade que combina excelência acadêmica com projeto social. A reabertura democrática veio e a UnB foi se reencontrando com seus ideais.

Contudo, nem tudo são glórias. Em 2008 a UnB viu-se em meio a uma crise ética e de gestão pública. Uma gestão descomprometida com dinheiro público levou a Universidade para as páginas policiais. Foi quando os estudantes levantaram-se para defender novamente a UnB e ocuparam a reitoria. Esse processo levou à renúncia do reitor. Mais que a renúncia, a ocupação abriu a possibilidade da UnB reencontrar com sua utopia fundadora.

Foi nesse ambiente de refundar a UnB que aconteceu a eleição do Professor José Geraldo de Sousa Júnior. Advogado e professor, com a trajetória forjada na defesa dos Direitos Humanos e da Democracia e com atuação em defesa de diversos militantes que lutaram contra a ditadura, dos movimentos sociais e um dos teóricos do "Direito Achado na Rua", tinha o perfil necessário para essa retomada.

A direita brasileira não se calaria diante dessa possibilidade. Sendo assim, a UnB vira alvo da revista Veja. Em matéria intitulada "Madraçal no Planalto" (6/7/2011), essa revista dá um clara demonstração de como fazer "jornalismo" oportunista.

O repórter foi a UnB buscar fatos que confirmassem a encomenda que recebeu da direção da revista. Exemplo: segundo a Veja, a transferência de dois professores teria ocorrido por perseguição. Mas os professores citados desmentiram a versão de Veja e, mais grave, afirmaram categoricamente que não falaram nada à revista.

Cada denúncia foi desmentida pelos diretores dos Institutos e Faculdades, como

se pode ler no site da UnB (http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=5317). A principal delas é que o reitor teria sido eleito ao cabo de uma "manobra" que deu o mesmo peso aos votos de professores, estudantes e professores. A suposta "manobra" foi, na verdade, uma decisão adotada pelo Conselho Universitário, instância máxima de deliberação da universidade, a qual todos e todas candidaturas se submeteram.

O mesmo Conselho Universitário reuniu-se no dia 8 de julho de 2011 e aprovou uma nota em defesa da UnB. Importante dizer que o CONSUNI realizou, nestes três

últimos anos, mais reuniões do que nos últimos 12 anos.

As acusações feitas pela revista chegaram ao Senado Federal, onde o senador Demostenes Torres (DEM de Goiás) fez seu show. Cabe lembrar aqui que o "nobre" senador é um dos autores da ação no STF contra as cotas raciais na UnB, a primeira federal a adotar o sistema.

Em que pese as críticas que existem e são justas contra a atual gestão da UnB, muito bem apontadas pela nota do DCE-UnB, o ataque de Veja mira na esquerda, na UnB e no Governo Federal. Além de questionar as cotas e a paridade na véspera do ano eleitoral, existe a tese sobre o "aparelhamento do Estado" e a "perseguição política". Um dos teóricos dessa tese é Demétrio Magnoli, escriba de Veja.

Estamos diante de mais uma tentativa de construir no imaginário social esse suposto aparelhamento e perseguição. Já acusaram o IPEA, diversas agências e agora miram na UnB. Por trás dessa matéria, tem muita coisa além da própria universidade, tem a tática de ataque ao governo Dilma. Apesar de enfraquecida, a direita continua viva e se armando para atacar. E sempre com medo da democracia.

Rafael Pops é dirigente nacional da AE

Preparando o Congresso do PT

Renata Rossi

Nos dias 02 a 04 de setembro acontecerá a 2ª etapa do 4º Congresso Nacional do PT que será dedicada especialmente à Reforma do Estatuto.

O Anteprojeto de Resolução, para o qual serão recebidas propostas de emendas até o dia 31 de julho e demais informações podem ser acessadas através do site www.reformaestatutariapt.org.br.

Esta Reforma visa a reformulação de composição das direções partidárias, dos processos de formação, além da regulamentação das contribuições e dos processos eleitorais. Considero, no entanto, neste texto, dois aspectos da Reforma aos quais estão associados todos os demais: os caminhos para ampliação do número de filiados/as e a incorporação das mulheres nos espaços de direção.

Levantamento realizado recentemente pelo TSE afirma que o PT é o segundo maior partido em número de filiações com 1.423.063, atrás apenas do PMDB. No primeiro turno das eleições de 2010, o PT obteve 137,7 milhões de votos somando-se todos os cargos em disputa, sendo o partido com maior número de votos para todos estes cargos.

O PT é, também, o partido preferido de uma parcela entre 19% e 29% de brasileiros/as. (IBOPE, Datafolha e Vox Populi), percentuais muito a frente dos partidos da oposição.

A vocação de massas do PT, os resultados eleitorais e as pesquisas que apontam seu reconhecimento social motivam a estimativa de ampliação do número de filiados/as para algo em torno de 5 milhões. É possível, por estes e outros motivos, que o PT caminhe para a consolidação no cenário nacional e internacional como um dos maiores partidos de esquerda.

Já o segundo tema, visa superar a distorção da representatividade feminina nos espaços de poder buscando a superação das desigualdades entre homens e mulheres.

Cumpre ressaltar que, atualmente, o Brasil ocupa o penúltimo lugar entre os países da América Latina em termos de participação de mulheres nas Câmaras de Deputados. E o último lugar na quantidade de mulheres candidatas a este pleito (Genero y Partidos Politicos, GEEPAL).

Segundo dados do Anuário da Mulher Brasileira (DIEESE/SPM), em 2008, 9,1% das prefeituras foram conquistadas por mulheres e 12,5% das cadeiras nas Câmaras municipais. No Senado, de 2002 a 2010, o percentual de mulheres eleitas não saiu dos aproximados 15%. Na Câmara de Deputados, no mesmo período, este percentual não ultrapassou 8,8% e nas Assembléias Legislativas, os 13%.

A participação das mulheres nos espaços de poder tem influência decisiva da forma de organização dos partidos. Estes números, portanto, são reflexo da resistência pela incorporação das mulheres nas instâncias partidárias e de decisão, na formação política, na divisão do tempo de propaganda e de recursos partidários para as disputas eleitorais.

Ainda segundo estes estudos, em 2009, o Brasil apresentava o percentual de 16% se refere a participação das mulheres em instâncias decisórias de partidos políticos, estando à frente apenas da República Dominicana, Panamá e Chile e abaixo da média dos países latino americanos (19%).

Ademais, é notório que os partidos políticos, em geral, não cumprem a determinação da Lei Eleitoral (9.504/97) que, no seu parágrafo 3º, Artigo 10, afirma que "cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo".

O PT ocupa, atualmente, o segundo lugar entre os partidos com maior número de mulheres filiadas. São 607.469, números superados apenas pelo PMDB. É preciso, portanto, que seja instaurado um amplo processo de debate com o conjunto do partido no sentido de garantirmos uma proposta que **estabeleça a paridade na composição dos espaços de direção do Partido, delegações e demais instâncias.**

A Reforma Estatutária, finalmente, nasce de um processo de retomada da organização partidária voltada para ampliação da capacidade de disputa da hegemonia da sociedade.

Simultaneamente a esse processo, a Articulação de Esquerda realiza o seu 1º Congresso que será um espaço fundamental de reflexão sobre os caminhos que deverá seguir na sua organização no PT. Portanto, deve considerar a necessidade de se fortalecer como uma corrente de esquerda, de massas, de ampliar sua base social militante, de incorporar a diversidade que compõe a base social do PT e dialogar com a sua base eleitoral visando transformá-la em força social e partidária, dialogando, com isso, com a conjuntura do Partido.

Nossa opinião deve estar voltada, ainda, para a garantia da incorporação de setores historicamente excluídos, inclusive, nos espaços de poder e decisão. Nesse sentido, para além da incorporação das mulheres – processo ainda em disputa -, é preciso que apontemos para a importância e necessidade e estendermos essa conquista incorporando, ainda, a participação de negros e negras, de LGBT e da juventude.

Com isso, teremos mais fôlego, mais ânimo e mais força para a disputa de hegemonia na sociedade rumo a construção do socialismo.

Renata Rossi integra o Diretório Nacional do PT e a Comissão de Reforma do Estatuto

Rumo à 13ª Plenária Nacional da CUT

Expedito Solaney

Entre os dias 4 e 7 de outubro a CUT realizará sua 13ª Plenária Nacional com o tema *Liberdade e Autonomia – por uma nova estrutura sindical*, indicando que o debate organizativo será o tema central dos debates. O calendário passa pela realização de assembléias de base para eleição de delegados/as para as plenárias estaduais (07/07 a 02/08), pela realização das Plenárias Estaduais e Conselhos das Confederações Nacionais para eleição dos/as delegados/as à Plenária Nacional e a inscrição de delegados/as e envio de propostas aprovadas (15/09).

No texto que apresentamos para o caderno de resolução da 13ª Plenárias apontamos algumas reflexões sobre as questões estratégicas e organizativas da CUT, resumidas neste texto. É fundamental que a militância sindical da AE participe ativamente desse processo e aprofunde os debates acerca desses temas.

Os desafios estratégicos da CUT

Defendemos que a estratégia da CUT se articule com a construção de uma sociedade socialista. Nesse sentido, as lutas cotidianas estão articuladas com as necessárias reformas estruturais da sociedade brasileira, ou seja, com as reformas anti-latifundiárias, anti-monopolistas e anti-imperialistas, eixos da estratégia democrática e popular. O movimento sindical tem importante papel nesse processo. As lutas cotidianas por melhorias nas condições de salário e de trabalho devem pressionar a luta de classes no Brasil, impulsionando as conquistas de direitos e de elevação da consciência de classe dos trabalhadores e trabalhadoras para a necessária transformação social.

Ainda que importantes questões históricas da CUT estejam presentes nas atuais resoluções, discordamos das atuais formulações estratégicas da atual direção majoritária de nossa entidade.

No debate sobre o texto guia aprovado pela Direção Nacional no dia 1 de julho, apresentamos nossas críticas, fundamentadas nas seguintes questões:

a) Pela ausência de uma perspectiva socialista. Não há uma articulação do processo de acumulo de forças que direitos e conquistam poderiam promover com uma estratégia de transformação social. A única referência ao socialismo é apontá-lo como "horizonte transitório". Sabemos que o horizonte é aquilo que quanto mais chegamos perto mais ele se afasta. Os limites estratégicos no texto se limitam ao melhorismo.

b) Consideramos que a distinção mecânica entre setores produtivos e financeiros do capital, em que o primeiro é defendido como portador de virtudes enquanto o segundo é portador dos malefícios, oculta uma realidade mais complexa, de interação das várias forças do capital que embora muitas vezes apresentem aparentes contradições, trata de faces da mesma moeda. Essa análise leva a direção majoritária da CUT apostar na defesa de um desenvolvimento nacional privado que não aponta para as contradições de classe. Exemplo disso foi o caso das ações conjuntas com a FIESP e a Força Sindical na defesa da "indústria nacional".

c) A concepção equivocada de um Estado neutro. Sabemos que o neoliberalismo produziu, entre outras coisas, a destruição da capacidade do Estado atuar em setores estratégicos da economia com as privatizações assim como o seu sucateamento fragilizou ainda mais sua capacidade de promover políticas sociais para os setores populares. A recuperação do Estado nessas áreas, ainda que tímidas, é um fator positivo. Acontece que mesmo nessas condições, o Estado não deixa de ser um instrumento de classe com seus aparatos de violência, de justiça seletiva, de instrumento de opressão de classe. No texto, nada disso é considerado, o Estado é tratado como um instrumento neutro, o que leva a direção majoritária a exagerar nas ações institucionais em detrimento das ações de massa.

d) E, por fim, na crítica que apresentamos ao bloqueio a democracia interna da CUT com a existência da clausula de barreira que impede que as forças minoritárias, com suas próprias forças, estejam representadas na direção executiva da CUT. Além disso, apresentamos uma proposta de progressividade no repasse das contribuições dos sindicatos à CUT, que também foi rejeitada.

Diante dessas divergências, e também conscientes de que o texto contém propostas históricas para a classe trabalhadora que compartilhamos nos abstivemos de votar, preservando o direito de apresentar esta contribuição e defender nossas propostas nas plenárias estaduais e nacional da CUT, sistematizadas abaixo.

Democratizar a CUT!

Fim da clausula de barreira – é preciso democratizar as instâncias da CUT. Hoje a atual regra impõe um bloqueio a participação dos setores minoritários com a exigência de 20% dos votos, em caso de duas chapas concorrentes, e 10% dos votos, em caso de três chapas concorrentes, para que os agrupamentos tenham direito de presença na direção executiva.

Progressividade dos repasses à CUT – assim como defendemos um reforma tributária progressiva, defendemos que os repasses dos sindicatos também sejam progressivos. Sindicatos pequenos deveriam pagar menos, enquanto que sindicatos maiores deveriam pagar mais. A atual estrutura de repasses (10%) é regressiva, não levando em consideração as distintas realidades. Por isso, defendemos que o princípio da progressividade seja aprovado na Plenária Nacional e no próximo CONCUT seja aprovado o detalhamento das faixas de repasse.

Fim dos/as delegados/as natos/as – que todos/as os/as delegados/as sejam eleitos/as em suas assembléias de base, sem diferenciar aqueles/as que estão nas estruturas sindicais dos/as demais trabalhadores/as.

Expedito Solaney é da executiva nacional da CUT

O setorial sindical da AE

A AE luta por restabelecer no PT e na CUT a hegemonia das posições socialistas e revolucionárias e, para alcançar estes objetivos, consideramos necessário priorizar as lutas sociais articuladas com as lutas institucionais, sem as quais a disputa pelos rumos do partido, da CUT e do governo Dilma estarão fadadas ao fracasso.

A linha sindical que adotamos busca apontar diretrizes para nossa atuação nos sindicatos e organizações por local de trabalho; diretrizes para a atuação nas CUTs estaduais e nacional; diretrizes para nossa política frente às organizações sindicais de caráter nacional, cutistas ou não; diretrizes para nossa relação com as demais tendências sindicais, petistas ou não.

Nas questões gerais – estratégia e programa de luta pelo socialismo, tática geral, posição frente ao Partido dos Trabalhadores e ao governo Dilma – nossa linha sindical reafirma as posições aprovadas nos fóruns gerais da Articulação de Esquerda.

O setorial sindical da AE é, pois, composto por sindicalistas petistas que têm como referência as posições da corrente construídas nas nossas instâncias de deliberação. Em poucas palavras, nossas posições históricas são as seguintes: a luta pelo socialismo; a defesa de uma estratégia revolucionária; a defesa de uma alternativa democrática, popular e socialista para o Brasil.

Da mesma forma como disputamos os rumos do PT e do governo Lula, nossa posição é de disputar os rumos da Central Única dos Trabalhadores, tendo como perspectiva conquistar uma hegemonia em seu interior para posições socialistas, que defendem uma CUT classista, democrática, de luta, de massas, pela base e engajada no processo de transformação da sociedade brasileira em direção ao socialismo.

Por um mundo de ponta cabeça

Naldinho Lourenço/Divulgação FPA

***Iole Ilíada** é Doutora em Geografia Humana pela USP. Militante do movimento sindical, atuou inicialmente na categoria bancária (1985-1993) e, posteriormente, junto aos professores universitários, tendo sido diretora do ANDES/SN na gestão 2004-2006. Integra a direção nacional da AE. É atualmente Diretora da Fundação Perseu Abramo e Secretária de Relações Internacionais do PT.*

No final de junho, início de julho, a Fundação Perseu Abramo e outras instituições organizaram um grande seminário no Rio de Janeiro, para debater a experiências dos governos progressistas e de esquerda na América Latina. Quais foram as principais conclusões deste evento?

De fato, a FPA acaba de realizar, em parceria com a Fundação Mauricio Grabois, do PCdoB, e a UFRJ, e com o apoio da Fundação Frederich Ebert e da COPPE, o seminário "Governos de esquerda e progressistas na América Latina e no Caribe: balanço e perspectivas". Esse importante momento de debate sobre a situação latino-americana resultou de uma proposta debatida no Foro de São Paulo, e foi pensado como um primeiro passo na consolidação de um Observatório para analisar e refletir sobre as experiências históricas que estão sendo gestadas pelos governos de esquerda na região. Mas voltando à pergunta: entre tantas boas questões levantadas e informações fornecidas durante o Seminário, que abordou desde as situações específicas enfrentadas por esses governos até o papel que eles podem cumprir em uma estratégia socialista – passando pela análise do contexto internacional e da nova configuração geopolítica em que esses governos atuam –, o que eu destacaria como mais importante foi a constatação de que a chegada da esquerda a esses governos produziu, sem dúvida, uma melhoria geral na condição de vida das sociedades governadas. Esses povos vivem hoje com mais democracia, mais desenvolvimento, mais igualdade social, mais soberania. Não obstante, há ainda problemas estruturais que precisam ser superados, e cujo enfrentamento exigirá da esquerda uma capacidade ainda maior de elaboração teórica, programática e estratégica, que aponte os caminhos para a conversão do apoio eleitoral hoje conquistado em apoio social efetivo para as transformações mais profundas que ainda se fazem necessárias. Isso é fundamental, se queremos de fato redistribuir a riqueza e o poder em favor da classe trabalhadora. Daí, aliás, a importância da criação do tal Observatório a que fizemos referência.

O PT vai realizar, no início de setembro, a segunda parte de seu IV Congresso. Os partidos amigos do PT vão participar?

Considerando o interesse crescente que as forças políticas no mundo possuem sobre o que se passa com o PT, e como fazemos costumeiramente em todos os importantes momentos da nossa vida partidária, convidamos todos os partidos de esquerda com os quais o PT mantém relações para participar e acompanhar os debates que realizaremos agora no início de setembro. E para aproveitar a vinda dos representantes desses partidos, vamos também realizar, antecedendo o Congresso e em conjunto com o Foro de São Paulo, um seminário sobre *A conjuntura latinoamericana e as próximas eleições presidenciais*, com um painel sobre a eleição peruana, um painel sobre as eleições na Nicarágua, Argentina e Guatemala e um painel sobre as eleições no México e na Venezuela.

PONTOS DE VISTA

E por falar em partidos amigos, o PT acha que fez a diferença nas recentes eleições peruanas?

Esta pergunta é boa, pois permite esclarecer uma série de equívocos e de notícias inverídicas que foram disseminadas no Brasil, no Peru e em outras partes do mundo, seja por desinformação ou por má-fé. Assim, vamos por partes. Em primeiro lugar, o PT por princípio não intervém em eleições em outros países, e em raríssimos casos declara apoio formal a uma candidatura. No caso do Peru, por exemplo, não há nenhuma decisão formal indicando o apoio a Ollanta Humala – ainda que, evidentemente, assim como todas as forças democráticas e progressistas na América Latina, certamente os petistas comemoraram muito a vitória de Humala sobre a candidatura de Keiko Fujimori. Em segundo lugar, qualquer um que se detenha no caso peruano perceberá que o que "fez a diferença" nas recentes eleições foi a posição do povo peruano que, assim como já haviam feito seus *hermanos* em outros países latino-americanos, rechaçou o neoliberalismo e a falta de democracia e optou por uma candidatura alinhada com as forças progressistas, populares e de esquerda na região. Não por acaso Humala venceu Fujimori em todos os departamentos andinos (exceto um) e em toda a Amazônia, que correspondem às regiões mais pobres do país.

O que esperar do governo Ollanta Humala?

Assim como outros representantes da esquerda e das forças populares e progressistas que foram eleitos à presidência de seus países, sabemos que Humala, que tomará posse agora no dia 28 de julho, enfrentará uma dura oposição e as dificuldades inerentes ao fato de que chegar ao governo não significa chegar ao poder. Mas esperamos que, com ele, o Peru se integre ao bloco de governos anti-neoliberais e anti-imperialistas que se constituiu na América Latina e no Caribe a partir das eleições de Hugo Chávez, em 1998, e de Lula, em 2002. Isso significa, em linhas gerais, fazer um governo que desenvolva o país e distribua riqueza e renda, que amplie as formas participativas de democracia e os direitos sociais, e que trabalhe para construir uma interação regional solidária, baseada na cooperação e complementariedade, e não na competição e nas vantagens meramente econômicas. Nesse sentido, as declarações dadas por Humala reafirmando seu compromisso com a consolidação da unidade latino-americana e o fortalecimento da Unasul são alvissareiras, e enfraquecem a tentativa de formar a "Aliança do Pacífico" como bloco alinhado aos EUA para fazer frente a esse avanço progressista no Continente.

O PT vai apoiar Cristina Kirchner?

Como eu disse antes, só em casos muito excepcionais o PT declara apoio formal a candidaturas em outros países, ainda que partilhemos de uma avaliação positiva do significado do governo de Cristina Fernández para a Argentina e para a região.

E a candidatura de Rigoberta Menchu, será apoiada pelo PT?

Também neste caso vale o que eu disse antes, embora, claro, na Guatemala o PT se identifique totalmente com a candidatura dessa grande lutadora pelos direitos dos povos originários e Prêmio Nobel da Paz em 1992 (concedido neste caso com justiça, diferentemente do que vimos na recente premiação de Barack Obama). Aliás, a Resolução do XVII Encuentro do Foro de São Paulo, de que o PT participou e é portanto signatário, deixa clara a compreensão de que a vitória de Rigoberta Menchú significará um importante avanço para as forças de esquerda, populares e progressistas no Continente, que pretendem construir uma América Latina e um Caribe mais justos, mais democráticos e mais soberanos.

Consta do plano de trabalho da SRI uma delegação à China. E os demais Brics? Que iniciativas vamos tomar com os partidos que governam Rússia, Índia e África do Sul?

Em realidade, neste ano enviaremos duas delegações à China. A primeira irá agora na segunda quinzena de julho, por iniciativa do PC chinês, que convidou os partidos do campo democrático-popular da base aliada do Governo Dilma (PT, PCdoB, PDT e PSB) para compor o que eles chamaram de uma "delegação de pesquisa". A outra, da qual participará o Presidente do PT, Rui Falcão, irá em setembro, e faz parte do convênio que assinamos com o PCCh em 2004, e que prevê o envio recíproco de delegações e a realização de seminários conjuntos, dos quais participam também a Fundação Perseu Abramo. Aliás, dos dois primeiros seminários realizados resultou o livro intitulado Brasil e China em debate, cuja publicação brasileira (ele também foi publicado na China) esgotou rapidamente, o que demonstra o grande interesse pelo assunto. Considerando, aliás, a avaliação positiva dessa experiência, surgiu a proposta, já discutida com o PCCh e com o Congresso Nacional Africano (CNA), de realizar, por ocasião da próxima cúpula dos governos dos BRICS, uma reunião também entre os partidos que governam esses países. Julgamos tal iniciativa importante em razão do papel que os BRICS podem cumprir na articulação de uma nova ordem internacional multipolar, fazendo frente à hegemonia hoje já em decadência dos EUA.

Mudando de tema, sem mudar de assunto: qual a diferença entre a SRI e o Departamento de Cooperação Internacional da Fundação Perseu Abramo?

Para responder essa questão, deve-se considerar a diferença existente entre o papel de uma fundação partidária e o de um partido político. Assim, o Núcleo de Cooperação Internacional da FPA é responsável pelo estabelecimento de convênios e parcerias com outras instituições similares – não necessariamente partidárias – para a realização de estudos, reflexões, debates, publicações e formação política, centrando-se sobretudo nas questões teóricas, estratégicas e ideológicas. Mas essa cooperação feita pela FPA se dá nos marcos da política internacional definida e implementada pelo PT através da SRI. E é à SRI que cabe estabelecer a relação com as demais forças políticas, articular ações conjuntas, propor as resoluções sobre os distintos temas de âmbito mundial, organizar toda a intervenção do PT no exterior (incluindo seus núcleos) e trazer o debate das questões internacionais para o interior do partido. Desse modo, podemos dizer que o NCI funciona como uma das frentes de intervenção da política internacional do PT, de acordo com o perfil próprio que cabe às fundações. Daí a importância de um trabalho afinado entre PT e FPA nesta área, como tem ocorrido nos últimos anos.

Como você sabe, há muita polêmica no Partido acerca do papel, das atribuições, da Fundação Perseu Abramo. Qual é a tua opinião sobre o futuro da FPA?

A FPA completou agora, em 2011, seus 15 anos de existência. Considero positivo que aproveitemos a ocasião para fazermos um bom debate, no Partido, sobre o papel e as atribuições da FPA. Sabemos que existem avaliações distintas sobre a Fundação. E há muitas críticas justas, que nós mesmos, ao menos nesta gestão da diretoria (assumimos no final de 2008), já identificamos. Algumas coisas já estamos modificando, como nossa política de comunicação. Mas muitas outras precisam ainda ser mudadas, para que recuperemos a capacidade da FPA de funcionar, por um lado, como um centro de formulação e de reflexão que seja referência para os petistas e, por outro, como um espaço de articulação dos pensadores progressistas e de esquerda do país, que não necessariamente militam institucionalmente no PT. Para isso, no entanto, recuperar o diálogo com o Partido é fundamental. Isso porque – é preciso que se diga – não vamos resolver os problemas da FPA se não levarmos em conta que uma parte deles decorre do próprio fato de que, no PT, os temas imediatos, pragmáticos e eleitorais têm tido muito mais audiência que os debates político-ideológicos, programáticos e estratégicos. O futuro da FPA, portanto, vai depender de sermos capazes de mudar a FPA sem mudar seu caráter de instrumento da disputa de hegemonia na sociedade, e sem permitir que ela também sucumba às necessidades mais "imediatas" da luta institucional.

Naldinho Lourenço/Divulgação FPA

No PT, na executiva do PT, os assuntos internacionais têm espaço, são debatidos?

Considerando a amplitude e a profusão de assuntos internacionais, é rara uma reunião da Executiva do PT em que não haja um tema da SRI que não seja debatido. É claro que, como em todos os demais temas, a discussão é mais ou menos acalorada, a depender da conjuntura. Com relação ao PT em geral, é notável como os temas da conjuntura internacional despertam cada vez maior interesse, o que não é de se estranhar, considerando, de um lado, o mundo em transição que vivemos, com uma crise sistêmica do capitalismo, mobilizações sociais em várias regiões do mundo e a presença de um grande número de governos de esquerda na América Latina; e, de outro, os avanços produzidos pela política externa do governo Lula, no que diz respeito à inserção soberana do Brasil no mundo e à articulação internacional com os países do chamado "Sul".

Na imprensa, fala-se muito de inflexões na política externa do governo Dilma. Qual a avaliação da SRI sobre essa política?

Antes de mais nada, é preciso dizer que interessa aos grande meios de comunicação a tese da "inflexão" na política externa, na medida em que, a serviço dos interesses da classe dominante, buscam colocar uma espécie de "cunha" entre os governos Lula e Dilma e, assim, disputar os rumos desse terceiro mandato. Para atingir essa finalidade, esses meios tentam caracterizar negativamente a política externa anterior como "ideológica", ao tempo em que elogiam o pretenso caráter mais "pragmático" da política atual. Por isso, precisamos ser mais cautelosos na análise. E considerando que o governo completou pouco mais de seis meses, falar em "inflexão", em termos das diretrizes gerais dessa política, seria um exagero. No entanto, é preciso considerar que algumas das posições assumidas pelo novo chanceler, Antonio Patriota, não agradaram aos petistas, porque vão na contramão do que temos defendido historicamente, e mesmo daquilo que vinha sendo preconizado pelo governo Lula. Citaria, como exemplos, o voto a favor de investigações sobre a violação dos direitos humanos no Irã – fazia 10 anos que o Brasil se abstinha em votações desse tipo, sob o argumento correto de que esse tipo de política condenatória, além de ser ineficaz e prejudicar ainda mais o diálogo entre as partes, é usada de forma extremamente "seletiva" pelos organizamos internacionais (ou seja, só pune os países que não são "amigos do rei") – e a declaração, diante da execução de Osama Bin Laden pelos EUA (em uma operação que violou o território soberano do Paquistão), de que o fato tinha uma "dimensão interessante e positiva".

Para encerrar: o que será da esquerda do PT?

Como sabemos, a resposta a essa pergunta depende de uma série de fatores, que incluem aquilo que chamamos de condições objetivas e subjetivas. Em vários momentos já foi vaticinado o fim da esquerda do PT e a conversão completa do Partido em uma espécie de máquina eleitoral social-democrata, sem identidade de classe. No entanto, nem uma coisa e nem outra aconteceram. Por que razão? Em primeiro lugar, porque existe uma coisa chamada luta de classes. Sempre que ela se manifesta de forma mais aguda, o PT torna-se alvo dos ataques da burguesia financeira e oligopolista e dos setores conservadores, e quem toma sua defesa são os trabalhadores, os movimentos sociais do campo e da cidade. Isso acaba por "empurrar" o PT para a esquerda. Foi assim na crise de 2005. Foi assim agora, em 2010 (principalmente no segundo turno das eleições presidenciais). Em segundo lugar, mas articulado com o dito antes, porque a base do Partido está à esquerda da média de seus dirigentes – justamente porque ela é constituída, em sua imensa maioria, de trabalhadores e pessoas que lutam cotidianamente e enfrentam os inimigos de classe, alguns arriscando sua própria vida. É por isso que o destino do PT não resultará do desejo de alguns dirigentes, mas será resolvido dialeticamente, pelo movimento real e contraditório da história. E é por isso, também, que ainda há espaço não só para a esquerda do PT atuar, mas para crescer. É claro que isso será tanto mais possível quanto mais garantirmos as efetivas condições de disputa democrática dos rumos do Partido – o que passa também por aperfeiçoarmos a democracia no país, sobretudo a partir da aprovação de uma Reforma Política. ★

Momentos de nossa história

A Articulação de Esquerda foi fundada oficialmente nos dias 18 e 19 de setembro de 1993. Portanto, em 2011 vamos comemorar 18 anos de vida.

A AE foi formada a partir dos debates realizados no interior do PT, especialmente no período entre 1990 e 1993. Naquela época se constituíram no interior do Partido, inclusive dentro da Articulação dos 113, dois grandes blocos: os "moderados" e os "radicais".

Um marco daqueles debates foi o lançamento do Manifesto "A hora da verdade", no dia 4 de fevereiro de 1993.

Outro marco foi o 8º Encontro Nacional do PT: em aliança com a DS e outros setores, a esquerda da Articulação lança a chapa "Opção de Esquerda". Esta chapa, mais a chapa "Na luta PT", reúnem a maioria absoluta do Diretório Nacional. Lula é eleito presidente nacional do PT, por fora das chapas. Rui Falcão, então principal dirigente da futura AE, é eleito vice e assumirá a presidência no 9º Encontro Nacional do PT, em 1994, quando Lula se licencia para ser candidato a presidência da República.

A maioria de esquerda consegue algumas vitórias, entre elas impedir que a bancada do PT na Câmara dos Deputados embarque na revisão constitucional ampla proposta pelos partidos de direita. Mas, ao mesmo tempo, apresenta muitas dificuldades e enormes contradições na condução da campanha presidencial de 1994. Como a imensa maioria do PT, fomos surpreendidos pelo Plano Real e pela força da candidatura FHC. Mas, na hora do balanço, a fatura da derrota foi cobrada da maioria de esquerda.

No encontro nacional do PT, realizado em 1995, na cidade de Guarapari (ES), confrontam-se duas chapas. Uma, denominada Socialismo ou Barbárie, reúne a antiga maioria de esquerda do Diretório Nacional. A outra chapa, encabeçada por José Dirceu e apoiada por Lula, expressa as posições da "Unidade na Luta" e seus aliados. A tese apresentada por esta chapa ganha por apenas 2 votos de vantagem. E Dirceu e sua chapa são vitoriosos, mas por uma margem muito pequena: 16 votos. Mesmo esta pequena diferença só foi possível porque Dirceu conseguiu articular o apoio de setores que até então participavam da Articulação de Esquerda: Rui Falcão, Cândido Vaccarezza, Sílvio Pereira e outros.

A partir de 1995, a Articulação de Esquerda buscou unir a esquerda petista, composta por diversos setores, com destaque para três tendências: a própria Articulação de Esquerda, a Democracia Socialista e a Força Socialista. Mas é só na crise de 2005 que a hegemonia moderada será posta em xeque, num contexto de fortes ameaças da direita contra o governo Lula e o conjunto do PT.

A esquerda petista concorre com várias chapas e candidaturas, no primeiro turno do processo de eleição direta das direções partidárias, ocorrido em 2005. Eleitoralmente, esta divisão ajudou a derrotar o campo majoritário no primeiro turno, pois mais candidatos criticaram e mais alternativas foram apresentadas. Matematicamente, a esquerda tinha condições de eleger o presidente do partido no segundo turno. Mas, exatamente neste momento, uma parte da esquerda decidiu sair do PT. A oportunidade perdida não voltaria a oferecer-se, nem no PED de 2007, nem no PED de 2009.

Se é verdade que a esquerda petista não conseguiu aproveitar a oportunidade, também é verdade que no PT de hoje existe uma maioria, mas ainda não existe uma hegemonia capaz de enfrentar e superar com êxito os problemas estratégicos vividos pelo partido.

É neste cenário que trabalhamos para ampliar a força da AE e nossa presença na vida partidária, nas disputas eleitorais, na ação institucional, nas lutas sociais, em todas as distintas dimensões da luta de classes. Isto porque seguimos acreditando, como em 1993, que as opções da esquerda petista, do conjunto do Partido dos Trabalhadores e da esquerda política e social brasileira, bem como dos povos da América Latina, jogam um papel muito importante na luta pelo socialismo.

Ao longo de 13 destes 18 anos, o Página 13 foi um instrumento desta batalha que travamos por um PT socialista, democrático e revolucionário. As edições em papel e também eletrônicas do jornal, a página eletrônica www.pagina13.org.br, os livros e cartilhas publicados pela Editora da Associação de Estudos Página 13, assim como os jornais e materiais produzidos por nossa militância nos estados, municípios e movimentos sociais, são e contam uma parte importante de nossa história, feitas por todos/as que estamos aqui, por outros/as que hoje militam noutras tendências e partidos, e também por certas pessoas muito especiais, que homenageamos nas próximas páginas.

Dias distantes

Rosana Ramos

Editar o *Página 13,* por mais simples que possa parecer, sempre foi um desafio. Por vários meses – nem sei precisar quantos – vivi as delícias e os tormentos para garantir o jornal, desde a definição de pauta até o envio ao correio. É bem verdade que nunca gostei muito da fase final: a distribuição. Eu sempre adorei – e acho que todo jornalista é meio viciado – o cheiro de jornal recém-saído da gráfica. Aroma inconfundível. Meio inebriante.

Os parcos recursos que tínhamos impunham a necessidade de uma dose bem maior de criatividade. Os longos textos produzidos pelos companheiros e companheiras careciam de boas imagens para dar uma arejada na página – deixá-la mais leve para facilitar a leitura. Esta era, não a maior, mas uma das dificuldades mais constantes.

Várias noites eu ia dormir pensando sobre o que colocar na capa do jornal. Era sempre uma contradição: tínhamos a matéria principal, mas não tínhamos uma foto sequer para "estourá-la" na capa. Tínhamos uma nota de apenas dois parágrafos – sem a menor relevância - e uma super foto, daquelas que a gente quer abrir em página inteira. A nossa militância bem que se esforçava para ajudar. No entanto, as fotos tiradas em eventos da AE, na maioria das vezes, vinham fora de foco, sem contraste, e com baixa resolução para imprimir.

Lembro-me que foi durante o tempo em que editei o *Página 13* que houve a mudança de qualidade do papel. A cor amarelada do jornal havia tempos me incomodava. O papel extremamente poroso, de baixa qualidade, acabava com qualquer diagramação. Eu sempre ficava frustrada no dia em que o jornal chegava da gráfica. Consegui convencer a Direção que o investimento em um papel jornal de melhor qualidade seria importante. Bingo! O *Página 13* começou a sair da gráfica mais "blanco", tal qual propaganda de sabão em pó. Evidentemente, sem abrir mão do papel jornal. *Off set* nem pensar!

Outra alteração importante foi no leiaute do *Página 13.* Durante o período em que estive à frente, pedi para o Caso Bisol criar a nova logomarca. Sempre impliquei com a marca anterior – que me perdoe o criador. Achava a fonte muito gordinha, muito redondinha. Quem me conhece sabe que não tenho nada contra as gordinhas. Só contra as letras gordinhas. Nos debates atuais, é sempre bom deixar tudo muito bem explicado.

Mas o maior problema era, e creio que ainda é, a produção dos textos. Com tantos escribas em uma organização de esquerda, lançar o *Página 13* com textos inéditos era quase impossível. Nossos militantes – nem todos - escreviam para diversos lugares, menos para o *Página 13*. Mas sempre contei com valorosos companheiros e companheiras que escreviam com certa regularidade. Hoje, do lado de cá do balcão, tenho que também fazer uma autocrítica. Não sei há quanto tempo não escrevia um texto para o *Página 13*.

Outra questão importante diz respeito aos prazos. Uma lenda. Uma mera referência. Um "x" sem importância em um calendário na parede. Quando não atrasado, o jornal saía com números indefinidos de páginas. Às vezes com 12, ora com 16, outras com até mesmo 20 páginas. Ia para as ruas com o que tínhamos, raramente traduzia a definição inicial, quando da discussão de pauta. Aqui outro destaque: como a maior parte dos jornalistas – e boa parte dos jogadores de futebol - sempre "fechei" o jornal no último segundo do segundo tempo.

Cometi vários acertos. De vez em quando recebia alguns elogios pela edição. Mas a vida é dialética. Os erros foram inevitáveis. Para mim, o episódio mais emblemático foi – novamente, não sei em que edição – quando o Conselho Editorial do *Página 13* decidiu que era importante que os membros da Direção da AE escrevessem no jornal. Definimos que caso houvesse problemas, companheiros e companheiras mais habilidosos na arte da escrita lhes ajudariam – seriam uma espécie de *ghost right.* Um de nossos companheiros produziu um texto, cuja autoria foi automaticamente subtraída, uma vez que o acordo previsto era esse. O problema é que após a publicação soubemos que não havia sido informado sobre a proposta de ser um *ghost right*. Acreditou que se tratava de um veto ao seu nome.

Nesse período trabalhei com pessoas muito queridas. Edma Valquer, que secretariava a edição; Rose, que agendava a gráfica; e Cláudio González, o nosso diagramador – quantas madrugadas passei revisando a diagramação, pois ele, free-lancer, dedicava a este trabalho as horas mais insólitas. Nas demais, cumpria jornada no Portal Vermelho (*Nas próximas páginas, veja alguns dos construtores do Página 13*).

O meu sucessor foi o Valter Pomar. Sua disciplina impôs ao *Página 13* periodicidade. E reconheço que melhorou muito a qualidade da edição. Ainda divirjo, como sempre divergi, do seu gosto por ilustrações e títulos, digamos... fortes. Se juntá-lo ao Maringoni, então. Podem esperar capas, no mínimo, impactantes. No estilo realismo socialista.

O meu antecessor na edição do *Página 13* foi o Flávio Loureiro – aquele que as pessoas pensavam que era louro, e é negro; já que existia o nosso companheiro Adão Pretto, que era branco, apesar do nome. Acho que o Flávio deve ouvir isto até hoje, pois eu ainda ouço toda vez que encontro o Emílio Font. Ao Flávio, que gosta de samba e é da torcida do Flamengo, *aquele abraço!*

Rosana Ramos, 45, jornalista. Começou sua militância no movimento de mulheres e no movimento estudantil, trabalhou no jornal Em Tempo, em jornais da chamada grande imprensa. Ainda na época da máquina de escrever e do pestape – quanta laudas teve que recortar! Teve o privilégio de conhecer e trabalhar com Perseu Abramo no Diretório Nacional do PT. Foi assessora parlamentar da Bia Pardi na Assembléia Legislativa de São Paulo. Voltou ao DNPT tempos depois e coordenou a Comunicação. Nesse período acompanhou a transição do boletim enviado por fax para o boletim enviado por e-mail. Foi responsável pela comunicação na Secretaria de Cultura de Campinas e um ano mais tarde assumiu a coordenação geral da comunicação na mesma prefeitura. Esteve à frente da comunicação de campanhas eleitorais. Editou o Página 13. No Governo Federal, foi adjunta na chefia de gabinete do ministro da Pesca e Aquicultura; atualmente está Secretária-Adjunta na Secretaria de Política para as Mulheres.

Arquivo Pessoal

Flavio Loureiro, 53, formado em jornalismo pela Faculdade Helio Alonso, iniciou suas atividades profissionais produzindo jornais para diversas entidades e sindicatos. Trabalhou nos jornais dos sindicatos dos arquitetos, metalúrgicos, metroviários; criou e organizou o jornal da Federação das Associações de Moradores de Nova Iguaçu; foi editor do jornal *Público* do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal, Sintrasef. Atuou como jornalista, também, na Bloch Editora e no Jornal do Comércio. Foi editor do *Página 13*. Fundador do PT, militou inicialmente no PRC, do qual foi membro da direção estadual. Foi secretário-geral e de assuntos institucionais da executiva do PT-RJ e suplente do diretório nacional do Partido dos Trabalhadores. Ingressou na AE no final dos anos 90, sendo membro de várias direções estaduais e da direção nacional. Nesse período era assessor do deputado federal Milton Temer. Como bom carioca, carnavalesco e flamenguista, participou da criação e foi diretor de vários blocos de rua do Rio: Bloco de segunda, Simpatia é quase amor, Sovaco de cristo... Atualmente é chefe de gabinete da deputada estadual Inês Pandeló (RJ) e pilota o blogdoflavioloureiro sobre política e cultura.

Arquivo Pessoal

Julian Vicente Rodrigues, 38, mineiro radicado há tempos em terras paulistas, é licenciado em Letras, - português-inglês - pela gloriosa Federal de Viçosa, onde atuou no movimento estudantil universitário. Especialista em economia do trabalho pela Unicamp, atualmente é mestrando em ciências sociais pela PUC-SP. Foi assessor parlamentar e partidário em diversos espaços. Militou na juventude petista e hoje é ativista do movimento pelos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, atuando na ONG paulistana CORSA. É coordenador nacional do setorial LGBT do PT.

Arquivo Pessoal

Pedro Pomar acaba de completar 54 anos. Trabalha como jornalista desde os 18. Formou-se pela Universidade Federal do Pará (em 1983), e Belém foi sua primeira escola tanto na imprensa comercial (trabalhou em *O Liberal* e no *Diário do Pará*) como na imprensa alternativa. Foi um dos fundadores do *Nanico* e atuou como repórter e editor do *Resistência*, ambos jornais de oposição à Ditadura Militar. Na década de 1980, já em São Paulo, trabalhou na TV Gazeta e na *Folha de S. Paulo*.
Nos anos 1990, envolveu-se com a imprensa sindical e com o sindicalismo em geral. Trabalhou nos sindicatos dos Metalúrgicos de São José dos Campos, dos Químicos de Jacareí, dos Trabalhadores nos Correios de Ribeirão Preto e colaborou com publicações de várias outras entidades sindicais. Desde 1999 é o editor da *Revista Adusp*, da Associação dos Docentes da USP. Responde pela coluna Mundos do Trabalho no blog Escrevinhador (http://www.rodrigovianna.com.br/).
Participou da coordenação da campanha Lula Presidente em São José dos Campos, em 1989. Foi um dos signatários do manifesto "A Hora da Verdade", de 1993, que daria origem à Articulação de Esquerda. Milita no coletivo de jornalistas Sindicato é Pra Lutar! e encabeçou a Chapa 2 nas eleições de 2006 e 2009 do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. Em 2010, disputou a eleição da Federação Nacional dos Jornalistas como candidato a presidente da Chapa 2.
Participou dos três últimos congressos nacionais da CUT como delegado eleito pelos jornalistas de São Paulo. Como delegado eleito da sociedade civil paulista, participou ativamente da I Conferência Nacional de Comunicação, em 2009.
É autor dos livros *Massacre na Lapa* (cuja terceira edição foi publicada em 2006 pela Editora Fundação Perseu Abramo) e *A Democracia Intolerante*, publicado em 2002 pelo Arquivo do Estado de São Paulo. Em 2006 defendeu tese de doutorado na ECA-USP sobre o diário *Hoje* (1945-1952), publicado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). Escreveu dezenas de artigos para o *Página 13*.

Arquivo Pessoal

Emilio Carlos Machio Font, natural da cidade de Santo André, militante do PT desde a sua fundação, herdou da família (o pai tinha uma pequena agência de propaganda) essa sina de trabalhar com comunicação. Felizmente escapou do caminho lógico em se tornar jornalista e virou arquiteto e urbanista e com isso garantiu condições de vida razoáveis para sua esposa e filhos. Colaborou com diversas publicações petistas e respectivos candidatos, de movimentos sociais e estudantis. Foi presidente do DCE da PUCCampinas lá pelos idos de 80, passou pelo Sindicato dos Arquitetos de São Paulo, foi do PT de Santo André, Campinas e Vitória, em épocas diferentes é claro. Está na Articulação de Esquerda desde que esta existe.

Arquivo Pessoal

Caco Bisol, 59, é artista gráfico, diagramador, desde a era do pestape. Inicialmente, trabalhou em agências de propaganda como artefinalista, depois leiautista e direção de arte. Nesta fase, trabalhou também como ilustrador, cartunista, chargista, artista plástico. Filiado ao PT nos idos de 1980, produziu materiais gráficos e diagramou jornais e revistas para o PT, sindicatos, movimento social, candidatos petistas, no RS. Em São Paulo desde 1991, trabalhou no Diretório Nacional e no Jornal *Brasil Agora*, onde foi diagramador e editor de arte. *Freelancer* a partir de 1993, criou projetos gráficos para jornais e revistas do PT, PcdoB, MST, entidades sindicais, movimento estudantil. Foi Coordenador do Departamento de Programação Visual da Prefeitura de Diadema em 1995/1996. Em 1999, criou projetos gráficos e diagramou jornais para a Secretaria de Comunicação, Secretaria do Trabalho e Secretaria da Saúde do Governo Olívio Dutra. Atualmente, *freelancer* tempo integral.

Arquivo Pessoal

Gilberto Maringoni, 52, começou sua militância política no MR-8 (1978-83). Foi militante do PT (1988-2005) e deixou o partido em 2005, juntamente com cerca de dois mil ativistas e dirigentes de diversos estados. Ingressou em seguida no PSOL, onde foi dirigente nacional e coordenador da campanha de Plínio de Arruda Sampaio ao governo de São Paulo (2006). É professor de jornalismo na Fundação Cásper Líbero e pesquisador em História Econômica no IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). É também doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (2006) e formado em arquitetura pela FAUUSP (1986). Tem doze livros publicados, entre eles *Angelo Agostini, a imprensa ilustrada da Corte à Capital Federal - 1864-1910* (Devir Livraria, 2011), *A Venezuela que se inventa - poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez* (Editora Fundação Perseu Abramo, 2004*), Direitos humanos, imagens do Brasil* (Aori, 2010) e *A revolução venezuelana* (Editora Unesp, 2009). Foi editor de política da Agência Carta Maior (2001-2007), repórter de *Reportagem* (1999-2001), editor da revista *Atenção!* (1995-1997), chargista político *de O Estado de S. Paulo* (1989-1996), além de colaborador de várias publicações, como *Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, Zero Hora, CartaCapital* etc. Publicou quadrinhos no Brasil, França, Itália, Espanha, Portugal e Venezuela. Como jornalista, realizou coberturas na Tailândia, Itália, Chile, Venezuela, Cuba, Bolívia, Paraguai e Brasil.

Arquivo Pessoal

Cláudio Gonzalez, 39, é jornalista e também trabalha como diagramador freelancer. Foi nesta condição que, mesmo sendo militante ativo do PCdoB, ajudou a produzir boa parte das publicações da AE e do PT. Entrou na militância partidária através do movimento estudantil. Presidiu o Diretório Acadêmico da Faculdade de Comunicação da Unesp em Bauru e foi vice-presidente da UEE-SP. Após ter se formado, em 1996, assessorou parlamentares e entidades do movimento social. Diagramou durante dois anos o jornal nacional do PT (*PT Notícias*) e, desde 2008, é responsável pela diagramação do *Página 13* e da maioria das publicações da tendência. Desenvolveu, juntamente com o jornalista Bernardo Joffily, o projeto do portal Vermelho, no qual trabalhou durante dez anos, como chefe de redação e editor de política. Há dois meses, assumiu a função de editor-executivo da revista *Princípios*. Nas poucas horas vagas, alimenta seu hobby, editando o blog gastronômico papillon.blog.br

Caindo na rede

Emílio Font

A atual fase do site do Página 13 tem início no final de 2009. A proposta era a de que o site fosse colaborativo, ou seja, as matérias não seriam editadas e publicadas de forma centralizada por uma redação e/ou editor. A intenção é que fosse uma espécie de combinação entre: mini-agência de notícias, ferramenta de mobilização e espaço de opinião alimentada pelas direções estaduais, pelas frentes de massas e setoriais e pelos dirigentes nacionais da corrente.

Para atender esse perfil optamos pela adoção de uma plataforma (software) livre e gratuito denominado Wordpress, que devido a facilidade de seu manuseio e às possibilidades de utilização forma colaborativa tem sido utilizado por diversos órgãos de comunicação, empresas e até órgãos do governo brasileiro.

A primeira etapa do trabalho, além da nova plataforma e do novo design, foi migrar o conteúdo do site antigo para o novo site e reorganizar os arquivos, por exemplo: reordenar, classificar e incluir as edições anteriores do jornal Página 13, as publicações da editora Página 13 entre outros conteúdos.

Logo após essa etapa em meados de fevereiro de 2010, já com o site em funcionamento, foi elaborado um pequeno tutorial (manual de instruções) com orientações de como inserir um conteúdo no site. Esse tutorial foi enviado, juntamente com um login e uma senha de acesso, inicialmente aos responsáveis pelas frentes: sindical, juventude e mulheres, na expectativa que essas frentes utilizassem o site como ferramenta de informação e mobilização. Posteriormente o mesmo procedimento foi adotado com alguns dirigentes nacionais da corrente que solicitaram espaço, ou seja: foi criado um login e uma senha específica e enviado um tutorial de como inserir o conteúdo.

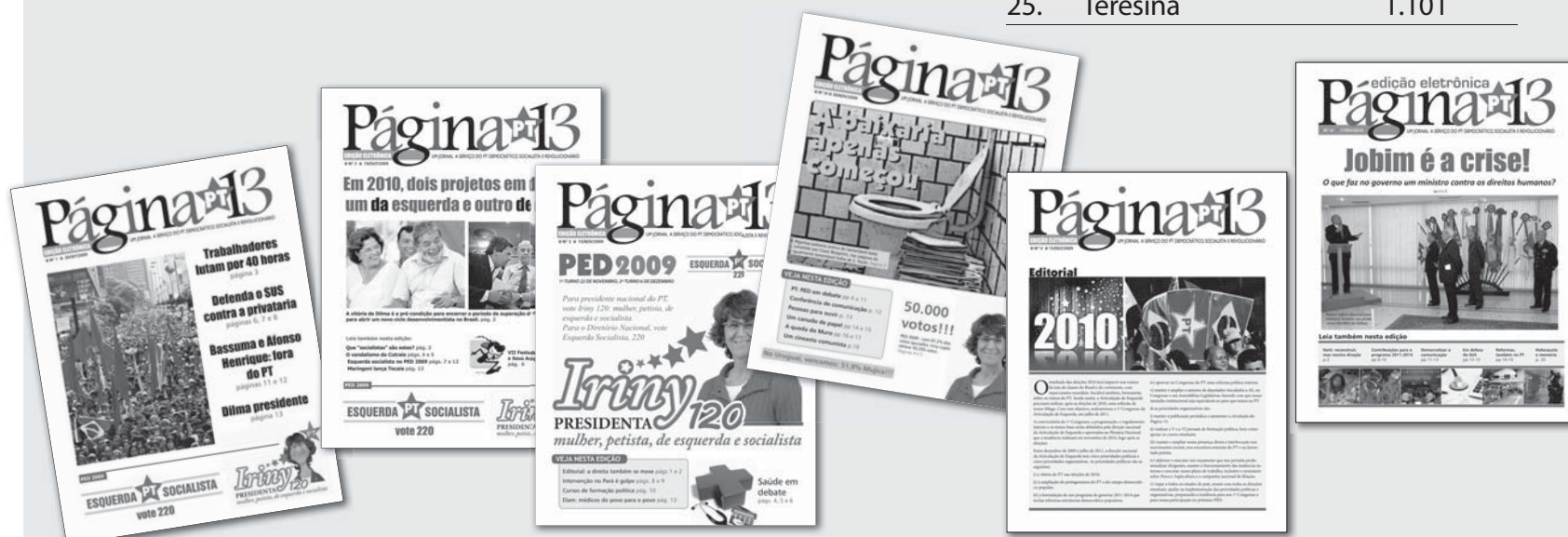
A inserção de conteúdo contou com a colaboração primeiro do jornalista Wanderson Mansur e, logo depois, com a ajuda da recém egressa dos quadros universitários Tatiany Volker.

Como o nosso hospedeiro atual não suportava o volume de informações que temos armazenadas, estamos indo para outro hospedeiro. Para tanto a idéia era de redefinir o desenho da página e migrar todo o conteúdo. O site mantém claramente um potencial e uma expectativa que pode ser verificada nos números de sua audiência constantes dos quadros ao lado.

Emilio Font é militante do PT-ES. Este texto é a versão condensada de artigo divulgado na lista nacional da AE, sobre o mesmo tema.

As 25 cidades do Brasil que mais visitaram o site

1.	São Paulo	20.892
2.	Rio de Janeiro	14.624
3.	Brasília	10.770
4.	Belo Horizonte	7.982
5.	Salvador	7.405
6.	Porto Alegre	6.880
7.	Curitiba	5.867
8.	Recife	5.840
9.	Vitória	5.088
10.	Fortaleza	3.996
11.	Santa Maria	3.358
12.	Campinas	3.297
13.	Goiânia	2.868
14.	Manaus	2.567
15.	Aracaju	2.424
16.	Vila Velha	2.206
17.	Campo Grande	2.180
18.	Belém	2.023
19.	Florianópolis	1.823
20.	Santo André	1.578
21.	Natal	1.473
22.	Maceió	1.425
23.	Cuiabá	1.229
24.	João Pessoa	1.137
25.	Teresina	1.101

Ilustrando estas páginas, alguns dos livros publicados pela Editora Página 13 e capas das edições eletrônicas do jornal.

Os 10 países que mais visitaram o site		
1.	Brazil	151.967
2.	Portugal	2.076
3.	Peru	1.533
4.	Colômbia	1.089
5.	EUA	1.087
6.	Argentina	958
7.	Espanha	806
8.	France	544
9.	Uruguai	499
10.	México	487

Dados de acesso ao site Página 13 (dados de Fevereiro de 2010 até Julho de 2011)	
Números de visitas (página principal)	165.631
Páginas vistas (considerando que cada visitante acessa mais de uma página)	423.338
Visitantes diferentes que acessaram o site (dados com base no IP do computador, ou seja é o número de computadores que acessaram o site, não dá para saber o número de pessoas)	106.791
Tempo médio no site	2:46 min.
Número de artigos (posts) publicados	3.419
Número de publicações disponíveis para download (inclusive edições do jornal Página 13)	341
Número de downloads das publicações disponíveis (inclusive edições do jornal Página 13)	100.377

As publicações mais acessadas (número de downloads)	
Introdução à História do Brasil Instituto Cajamar 1989	1.454
1º Congresso da AE - Tribuna de Debates nº1	1.180
O Enigma Chinês - Capitalismo ou Socialismo por Wladimir Pomar	956
Crises econômicas e teoria marxista por Osvaldo Coggiola	893
Regimento Interno da AE	803

Geraldo Garcia – mais que uma lembrança

"Há um mínimo de dignidade que um homem não deve negociar, nem em troca do sol, nem mesmo em troca da própria liberdade"...
*(*Dias Gomes*)*

Douglas Mansur

Lula e Geraldo Garcia. Ao fundo, Zeca do PT.

O Mato Grosso do Sul é um Estado que nasceu e se alimenta da política retrógada, oligárquica, latifundiária, predadora, subserviente e violenta. E, no início dos anos oitenta, já havia destruído a maior floresta de Mata Atlântida no centro oeste, cobrindo-a de pasto e monocultivos; queimado o cerrado para a indústria das carvoarias que se nutriam das vidas escravas de crianças e mulheres; aniquilado a resistência do movimento indígena, com o assassinato de Marçal Tupá-Y e a expulsão dos seu territórios; dispersara as tentativas de organização de posseiros e arrendatários a ponta de cassetetes e baionetas de policiais e pistolas de jagunços, para entregar as imensidões de terras às empresas de colonização. Estas, por sua vez, as negociavam exitosas com o recém chegado modelo agrícola e suas traquitanas modernas – pesticidas, herbicidas, fumigações aéreas e maquinários - que deixaram a terra nua e as cidades vazias de gente. O que restava era a mão de obra escrava para tornar carvão o que sobrava da mata, comprada a diárias de morte.

Uma quantidade imensa, na época calculada em quase um milhão de pessoas, tinha se refugiado no Paraguai. Como no resto do país, a resistência cultural, política, sindical e das igrejas enfrentavam a ditadura, debatiam as condições da abertura política e lutavam pelas Diretas-já. E Geraldo estava entre eles.

Foi nesse contexto de esperança com a abertura política e o Movimento das Diretas Já que Geraldo e um grupo e artistas, poetas, jornalistas e cineastas percorreu o estado, organizando os comícios do movimento.

Mas, ao perceber que a abertura política não ia devolver a terra aos posseiros e arrendatários, nem aos indígenas os seus territórios, Geraldo foi o principal mentor da estratégia de ação da maior ocupação de terra até então no Brasil, na fazenda Idalina, em Ivinhema, com cerca de 1200 famílias. Em plena semana de votação da emenda Dante de Oliveira (25 de abril de 1984), quando o MST ainda se articulava.

Para dar troco a tamanha afronta, uma força tarefa de jagunços e militares cercou os sem terra no meio da mata. E o general Danilo Venturini, então chefe do Conselho de Segurança Nacional, envia ao Mato Grosso do Sul uma comissão do SNI para vistoriar o cerco policial (que duraria quase 15 dias) aos sem terra que haviam atravessado o Rio Ivinhema e ocupado Santa Idalina.

Venturini manda um aviso: vai intervir militarmente no estado. Foi ali que os companheiros sem terra, da igreja, dos sindicatos, das artes, das universidades, conheceram o Geraldo negociador, o companheiro do diálogo e o estrategista.

Era preciso negociar, mas em nenhum momento recuar, desistir. Ao contrário, era preciso avançar. Construir as ferramentas para fortalecer a luta dos trabalhadores e formar as bases de um movimento popular, para arrancar as raízes da opressão histórica dos trabalhadores no Mato Grosso do Sul.

A construção do PT, do MST, a rearticulação do movimento sindical com a criação da CUT, a organização de muitas outras categorias foram consequências. Os primeiros embriões da agroecologia nos assentamentos e a criação de linhas de financiamento diferenciado aos assentamentos, o movimento dos estudantes de agronomia nas brigadas de assistência técnica, a discussão da cooperação agrícola e economia solidária entre assentados. A participação na elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária, a volta dos brasiguaios, enfim.

Geraldo ia costurando ações de formação, articulação e alianças recheadas de poesia, arte, diálogo, afeto, esperança e coragem, muita coragem, pois era preciso vigiar sempre. E paciência, muita, para entender, aceitar e educar as veleidades partidárias, os arroubos de personalismos e traição rasteira dos vícios da política velha que contaminavam e ainda contaminam, num momento histórico de construção.

Eram (e ainda são) vícios que deveriam não só ser entendidos e explicitados, mas pedagogicamente combatidos. E assim iam as conversas madrugada adentro. Depois de terminadas as reuniões, era o momento de ouvir os queixosos, os descontentes, os chantagistas e as tentativas de negociatas – e os pedidos de ajuda, muitas vezes para solucionar questões pessoais.

E além de percorrer o estado na construção dos movimentos populares, sindicatos, articulações indígenas etc. Geraldo percorria o pais na construção do PT. Como fazia isso? Vendendo broches, camisetas, estrelinhas, livros pelo caminho, para pagar a passagem de ônibus e a comida. E sempre contava com a acolhida dos companheiros, principalmente indígenas e sem terra.

Mas muitas vezes de madrugada, ligava de um orelhão, para avisar que estava em

uma rodoviária esperando o dia amanhecer para pegar o primeiro ônibus para ir pra casa. Geraldo não foi o único a fazer isso, mas eles eram poucos. Muito poucos.

E foi assim também, com a mesma disposição e sensibilidade, que Geraldo participou da construção da Articulação de Esquerda. E em nome dela trabalhou pelo consenso, pela ética e sentido de urgência diante da gravidade das condições dos trabalhadores e da necessidade de ampliar as bases e construir um partido revolucionário.

Não era de gabinete, nem das estéreis reuniões. Gera era de chão, de convivência direta com a crueza da luta. De conversa aberta, serena, independente da gravidade da situação, a disciplina, lucidez, discernimento eram ingredientes do chimarrão, do tererê ou do cafezinho na casa de oração, ou na aldeia, numa ocupação ou marcha, no debate partidário ou na negociação em uma ocupação ou retomada de território dos Guarani

Geraldo nunca parou nem titubeou em sua caminhada, como nunca estancou a busca dos companheiros e companheiras (e muitas vezes dos filhos e filhas destes) por orientação, formação e apoio, pois que viam nele equilíbrio, sensatez, alegria, beleza, amorosidade e entrega revolucionária.

Quando foi candidato a Deputado Federal, em 1994, os amigos, não só do Mato Grosso do Sul, cotizaram para ajudar na sua campanha. O folheto de lançamento da candidatura, também construído pelos companheiros e companheiras, dizia:

"Ele tem a mansidão e a coragem os fronteiriços. Bela-vistense, cresceu à beira do Rio Apa convivendo com os patrícios guarani. Embora tenha sangue de índios Charrua, é neto de Paraguaios. A História das lutas e do extermínio do povo nativo, o menino brasiguaio conheceu. Nhandjara! (meu Deus!) (...) Si, sim, companheiro, a hora é agora. Te queremos em Brasília, nosso deputado Federal. Jahá!! (Vamos!!)

Um dia, em fevereiro de 1998, Geraldo foi embora. Era mais um encontro, desta vez com os movimentos sociais em Roraima. A maior parte da viagem foi de avião. Ao chegar em Boa Vista, preferiu assumir o volante para que o companheiro que foi buscá-lo descansasse durante a viagem até a Aldeia. Mas ele também estava cansado.

Geraldo não voltou. Ficou a sua ética, lealdade, coragem, paciência, diálogo, compreensão, entrega, lucidez, disciplina e amorosidade pelos companheiros, pela história e luta dos trabalhadores, pelo socialismo.

Jonas Araújo

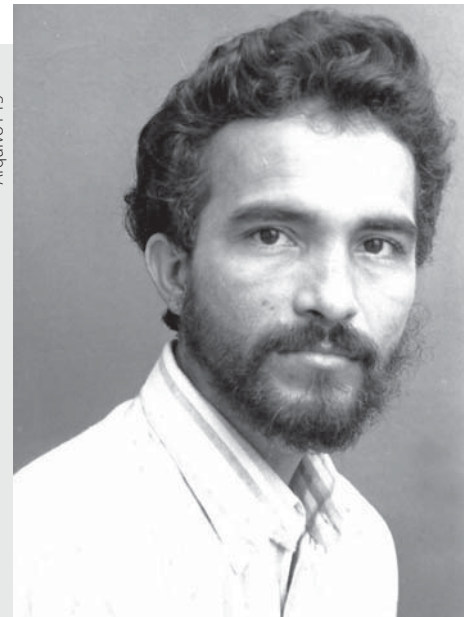
Arquivo P13

Se há militantes imprescindíveis, Jonas Araújo foi um deles. Até o último momento de sua vida, foi militante ativo da luta política. Sempre se mostrando companheiro, fazia a luta política de peito aberto, de modo transparente, sem tergiversar na estratégia discutida com os companheiros. Aliás, ele dizia, não se deve nunca flexibilizar na estratégia; na tática, sim.

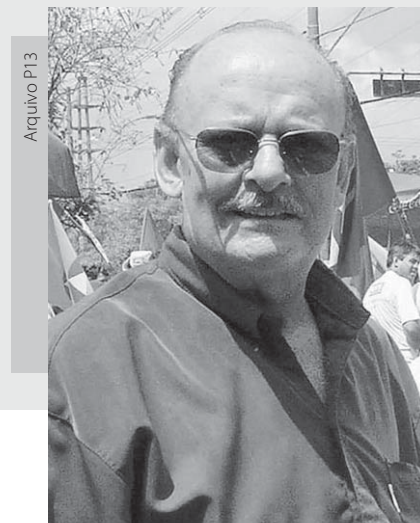
Em busca de efetivar a estratégia deliberada, se desdobrava na atividade política, articulando o movimento social, grupos de esquerda do partido, núcleos de base, oposição sindical, candidaturas de filiados. Na direção do Partido, tratava de qualificar o debate no sentido de se encontrar a melhor síntese para atuar na conjuntura posta. E efetivava.

Esse gosto pela exposição e o debate trouxe de sua prática como seminarista franciscano. Frade em 1979, Jonas Araújo, indiferente às críticas da Ordem, passou a trabalhar nas periferias de Manaus. Isso lhe trouxe conflito com o seminário, forçando-o a pedir afastamento da congregação para refletir melhor. Para ele, ser franciscano seria seguir a opção de São Francisco de Assis por um mundo com mais justiça.

Devido às divergências, seu superior da Ordem Franciscana o transferiu para Itacoatiara. Lá o Jonas optou por trabalhar com as comunidades eclesiais de base. Na discussão, incentivava os militantes a ingressar no Partido dos trabalhadores ainda em busca de seu registro no Tribunal Eleitoral.

Nesse período, Jonas Araújo desliga-se definitivamente da igreja e passa a atuar mais organicamente no Partido dos Trabalhadores, dando continuidade ao seu sonho de organizar a classe trabalhadora. Procura, também, os sindicatos rurais do baixo Amazonas e passa a construir com os agricultores a idéia de uma central única dos trabalhadores.

Em 1982 Jonas retorna a Manaus se engaja na APPAM – Associação Profissional dos Professores do Amazonas, entidade sindical mais aguerrida na década de 80 e lá se torna um dos seus expoentes mais destacados. Junto com o Aloysio Nogueira, lidera greves, passeatas, caminhadas e outras lutas da APPAM por melhor qualidade de ensino e condições de trabalho.

Jonas era incansável militante e atento observador. Crítico contundente de práticas de direita ou burguesas dentro do PT, foi um dos primeiros a ingressar na Articulação de Esquerda em 1993, ajudando no Amazonas a sua organização, sendo o seu primeiro coordenador. Nessa condição liderou vários embates, tendo se tornado por duas vezes presidente do PT.

No dia 18 de outubro de 1997, ainda presidente do PT de Manaus, indo para uma reunião do Sindicato dos Madeireiros de Itacoatiara, sofre um acidente na estrada AM-010 que levou ao seu falecimento, aos 45 anos. Jonas estava ido levar seu apoio aos companheiros que enfrentavam uma disputa eleitoral contra opositores e a direita petista. Seu enterro virou mais um ato político pela perda brutal de um companheiro que tinha ainda muito jovem tinha muito a contribuir. Com ele ainda faleceram Glória Regina e Altemar Passos.

Arquivo P13

O militante e dirigente do PT**, José Alberto Siqueira**, carinhosamente chamado pelos companheiros de partido de "Zecão", foi membro do Diretório Estadual do PT/RS, militante do movimento social e fundador do MST. Militante da Articulação de Esquerda, faleceu no dia 7 de junho de 2005.

Dorcelina Folador

Arquivo P13

Era uma menina mirradinha, cabelos presos num rabo de cavalo e uma franja que teimava em esconder os olhos vivos, brilhantes, curiosos e incrivelmente alegres combinando com o sorriso limpo sempre exposto. Usava uma muleta improvisada e arrastava uma das pernas quando andava. Mas quase sempre estava no chão - no meio da poeira ou da lama, dependendo do clima - para brincar com as crianças nas ruelas improvisadas da cidade de lona erguida da noite para o dia ao lado da Prefeitura, que insistia e ignorar os novos moradores.

À cidade lhes negavam cidadania, não fornecendo água, nem luz, nem médico, nem remédios, comida, nome, endereço, nacionalidade. Era uma cidade de lona com cerca de seis mil habitantes, que reivindicavam nada mais do que o direito de regressar ao Brasil, mesmo sem os fogos e festas de boas vindas para quem chegava do exílio. Neste caso, os Brasiguaios, em regresso do Paraguai, tinham a recepção da polícia, o confinamento, a segregação, a indiferença dos moradores e a criminalização pelo fato de reivindicarem o pedaço do Brasil que lhes cabia – a terra que tinham sido obrigados a deixar pra trás.

A menina de muletas escolhera fazer a sua parte. Era ela quem alegrava as crianças, centenas delas. Ao menos as que conseguiam resistir, pois toda semana tinha velório de criança naquela cidade. Estávamos em junho de 1985, o mês mais frio do ano, a cidade era Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul, o Brasil pós Diretas Já agora discutia a Nova República. E Dorcelina, que vinha da Juventude Mensageira do Amor Cristão, da qual se tornou presidenta, começava a ter as primeiras lições de indignação e solidariedade, e a compreensão de que era preciso fazer "o pau cair a folha"- ou seja, enfrentar a luta. A boa luta.

Como animadora das crianças, Dorcelina aprendeu, assistindo atenta os debates e reuniões da coordenação da cidade de lona, que havia um movimento chamado Sem Terra e um partido chamado PT. Este ela já conhecia através da sua irmã mais velha Marlene e do seu João Eleutério, mobilizador dos brasiguaios no Paraguai. Ambos, ameaçados de morte, foram obrigados a deixar a cidade. Não durou muito tempo e outros militantes também tiveram que deixar a região.

E quem não estivesse amparado numa das organizações da Igreja, como a CPT, tinha que evitar circular, pois estava ameaçado pelos jagunços, ou procurado pela polícia. Os Brasiguaios, ao menos o que restou daquele grupo, foram assentados na fazenda Santa Idalina, em Ivinhema, que tinha sido ocupada pelo primeiro grupo de sem terra no ano anterior – e mais tarde seria a cidade dos Brasiguaios: Novo Horizonte do Sul. E quando a cidade de lona foi desarmada, o prefeito mandou despejar cal no lugar, que era para que ninguém se atrevesse outra vez.

Mas Dorcelina ficou. Foi ser repórter do Jornal Sem Terra, foi fazer a associação dos diferentes físicos de Mundo Novo, foi ser educadora, animadora da igreja, da pastoral. Foi ser curiosa. Artista plástica, artesã, poeta, cronista, cantora... Petista. Foi casar e ser mãe de duas filhas. E líder dos sem terra na região.

Aí sim aquela mulher, que se agigantava quando estava com seus companheiros de luta e nem se lembrava que era deficiente com seqüelas pelo corpo todo de inúmeras cirurgias - começou a incomodar os donos do poder.!!

Em 1987, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em Mundo Novo, já como integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Era muito afronta, uma mulher e ainda por cima deficiente se atrever a organizar sem terra e a fazer partido de esquerda!

Um exemplo dessa afronta foi a ocupação da fazenda Itassul, no município de Itaquiraí, a 50 km do município de Mundo Novo. Mais de 900 homens. O dia amanheceu com um batalhão de soldados cercando a área e armados para uma guerra.

– Quem é o líder? Pergunta o comandante.

-Somos nós dizem os ocupantes. Mas o comandante tem pressa e avisa que é para todos se renderam ou vão receber balaço. Os sem terra estão nervosos, não levaram tanto tempo preparando a ocupação para ter que sair assim, sem nenhuma garantia. E muitos não têm nada a perder. Estão dispostos a encarar o cerco.

Dorcelina chega. Pede uma reunião com a comissão. Tenta buscar uma forma de conseguir mais tempo. O clima está pesado, tenso.

-Vocês não têm mais tempo, cadê o líder?? Insiste o comandante.

E Dorcelina insiste na reunião. Não demora muito, o pelotão de soldados entra em forma, levanta as armas e começa a marchar – mancando, imitando a forma de Dorcelina caminhar!

Os sem terra, ofendidos, se preparam para o confronto.

Sem hesitar, Dorcelina se põe à frente do pelotão de soldados e evita um massacre!! Nessa hora, disse ela algum tempo depois, "foi quando eu vi o pau cair a folha".

Era assim aquela menina mirradinha, que se transformou em uma mulher guerreira e sábia. Como militante do PT e membro da Articulação de Esquerda no cone sul, lidera todas as ações e campanhas do partido na região. Tornar-se prefeita de Mundo Novo, depois de tentativas para vereadora e deputada, seria conseqüência natural. Dorcelina foi eleita em 1996 e recebeu a prefeitura totalmente sucateada, o maquinário que não fora destruído, tinha sido roubado.

E "natural" também seria a reação da direita. Acostumada a usar as prefeituras da região de fronteira com o Paraguai para o narcotráfico, o contrabando, o desvio de verbas, a alternância de poder combinada e o uso dos recursos da prefeitura para atender as fazendas da região. Ela iria enfrentar a "máfia da fronteira", como insistia em denunciar.

Mas era tinhosa e fazedora de saídas. Primeiro mandou embelezar a cidade, plantou flores nas ruas, escolas, hospital, creches. A cidade virou um grande canteiro de flores. E mandou limpar e embelezar todas as escolas e prédios públicos. Paralelo a isso, Dorcelina seguiu a risca os princípios do PT e a "pedagogia do movimento"– juntou o projeto político do PT, com o projeto educacional do MST.

Em pouco tempo, fez uma inversão de prioridades e implantou o orçamento participativo e projetos como o renda-mínima; bolsa-escola; apoio aos movimentos sociais e sindicatos da região e o apoio aos Sem Terra na luta pela Reforma Agrária; férias para os pequenos produtores agrícolas; agroindústria familiar; casa da gestante; teatro municipal – e uma devassa nas contas da administração anterior.

As ameaças de morte eram constantes. Ela sabia que estava marcada para morrer. E avisou.

No dia 30 de outubro de 1999, às 23h00min, Dorcelina Folador, foi atingida por oito tiros nas costas, na frente de suas filhas, enquanto descansava na varanda de sua casa, na periferia da cidade.

Dorcelina de Oliveira Folador nasceu em 27 de julho de 1963, em Guaporema/PR. Chegou a Mundo Novo em 1976 com onze anos de idade.

O adeus e a saudade

Arquivo P13

Ricardo e Nanci

Nossa língua mãe diz que estrela é um substantivo feminino, mas posso dizer a vocês que uma das estrelas mais brilhantes que tive o prazer de conhecer, há mais de 34 anos, pertencia ao gênero masculino. Além disso, era singular e plural ao mesmo tempo. Seu nome: Ricardo de Castro, carinhosamente Ricardinho.

Ricardo Luiz de Castro nasceu em Tabatinga, Distrito Federal, no dia 7 de junho de 1964. Jornalista profissional, iniciou sua carreira em Brasília e há 17 anos a desempenhava em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, estado que adotou e onde constituiu família. Pai de João (12) e de Antônio (9), Ricardo foi casado com Nanci Silva, sua companheira de vida, profissão e ideais políticos, num relacionamento de 22 anos.

Com formação em Webdesign e MBA em Gestão Empresarial, pela Fundação Getúlio Vargas, Ricardo dominava, além da técnica jornalística, a de propaganda e publicidade em meios impressos, eletrônicos e audiovisuais.

Ricardinho sem dúvida era uma estrela, pois tinha brilho próprio, que generosamente dividia com todos que o cercavam, em sua convivência diária com familiares e amigos, no seu relacionamento de trabalho, por todos os locais em que passou, na sua empresa, a Íris Comunicação Integrada. Apagou-se aos nossos olhos, como miríades de estrelas o fazem no firmamento, para iluminar outras paragens, que hoje, certamente devem estar bem mais coloridas e aquecidas com sua presença.

Singular porque único, Ricardo era plural em suas qualidades, sempre querendo saber e aprender mais, leu até onde a saúde o permitiu e com entusiasmo, em minha última visita, na sua linda casa, ainda me falou no livro que lia no momento, acredito que o último.

Extremamente criativo, leal, caloroso, alegre, apaixonado, ligado às artes e à cultura, amava o cinema, extremamente comprometido com as causas sociais e com a transformação da sociedade. Fosse onde fosse, lutou sempre por um mundo melhor e mais solidário, que acolhesse e tratasse a todos da mesma forma.

Filiado ao Partido dos Trabalhadores desde muito jovem foi militante entusiasta da Articulação de Esquerda, tendência socialista do PT. Após uma longa luta contra o câncer, Ricardo faleceu no dia 22 de maio de 2011, em Campo Grande, cidade que escolheu para viver.

Até a próxima guerreiro! Que por aí onde anda, as coisas não sejam tão desiguais e tão adversas como por aqui. Um beijo no seu coração...

Margarida Marques é jornalista

Trindade: a guerreira

Francisca das Chagas da Trindade nasceu em Teresina-Piauí em 26 de março de 1966

Mulher, negra e pobre, sentia na pele todo o peso da discriminação e das desigualdades sociais. Começou sua militância aos 14 anos, nos grupos de jovens do Bairro Água Mineral, na periferia de Teresina. Foi Secretaria da Pastoral de Juventude do Meio Popular - PJMP da Arquidiocese de Teresina.

Foi fundadora e Presidente da Associação de Moradores do Bairro Água Mineral por duas gestões, e daí partiu para a organização da Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Estado do Piauí (FAMCC), entidade que congrega várias associações de bairro, da qual foi também Presidente e Diretora de Habitação. Foi uma das organizadoras no Estado da organização da Articulação Nacional do Solo Urbano. Participou ativamente como representante do Estado na Central Nacional de Movimentos Populares. Foi fundadora e participava ativamente do Grupo Afro "Coisa de Nêgo".

Arquivo P13

Trindade se tornou a defensora dos sem tetos, das mulheres do povo negro. Daí para a política partidária foi um passo. Filiada ao Partido dos Trabalhadores desde 1985, enfrentou sua primeira candidatura em 1992, mesmo ano em que foi vítima de um acidente automobilístico, que lhe deixou sequelas permanentes. Fez campanha sendo levada de cadeira de rodas aos comícios. Ficou na primeira suplência e em 1995 assumiu como vereadora na capital. A posse da primeira vereadora negra da história de Teresina foi um "lavar a alma" dos movimentos populares. Foi eleita a Parlamentar do Ano em 1995, em pesquisa da Imprensa.

Em 1998, foi candidata a deputada estadual, elegendo-se como a deputada mais votada de Teresina e a quinta mais votada de todo Estado, com mais de 26.000 votos. Em 1999 e 2000, foi premiada como a parlamentar mais atuante da Assembléia Legislativa.

Nas eleições de 2000, foi candidata a vice-prefeita do Partido dos Trabalhadores, contribuindo com uma expressiva votação do Partido na cidade.

Em 2002 elegeu-se deputada federal com 165.190 votos (11% dos votos válidos), a maior votação de toda história do Piauí até aquela data e, proporcionalmente, a segunda maior do país.

Faleceu aos 37 anos de idade, em 26 de julho de 2003, vítima de um Acidente Vascular Cerebral (AVC) quando discursava na abertura da I Conferência Estadual da Pesca. No auge da sua carreira política, despontava à época em todas as pesquisas como a mais forte candidata à Prefeitura de Teresina.

Militante da Articulação de Esquerda, dedicou toda sua vida à construção de um PT de luta, de esquerda e socialista.

A fé, o militante e a história

João Pedro foi um dos fundadores do PT do Espírito Santo e um dos primeiros vereadores eleitos pela legenda para a Câmara de Vitória. Tinha uma sensibilidade diferenciada, com capacidade de se emocionar e transformar esse sentimento em razão e ação. Suas bandeiras de luta prioritárias eram a educação, direitos da infância e o debate sobre diferenças na cidade.

Seus dois mandatos no Legislativo foram marcados pela defesa dos direitos humanos, mulheres, criança e adolescentes e cultura. Para além da sensibilidade social, da capacidade de articular movimentos sociais, de estimular a criação do Conselho Popular de Vitória e o fortalecimento do PT, era reconhecido por sua formação socialista sólida.

Uma figura adiante de seu tempo. Como pastor da Igreja Presbiteriana Unida, uma vertente progressista e ecumênica dos presbiterianos, era um homem de fé, mas nunca permitiu que a religião se tornasse álibi para a intolerância, discriminação e o preconceito. Ao contrário, em sua vida pessoal, marcada por muitos casamentos e filhos de idades díspares – ao ponto de ter um de 40 anos, convivendo com uma menina de dois anos -, cultivou o diálogo e defendeu a capacidade de convivência entre gerações.

Um homem solidário, que combatia as injustiças e se colocava ao lado de sua comunidade. Sua luta para levar infraestrutura para o bairro onde vivia, o descampado e recém habitado Jardim Camburi, fez com que articulasse os moradores para que a escola Elzira Vivácqua deixasse de ser um barraco e se transformasse em um colégio.

Por volta de 1994, João Pedro descobriu um câncer de próstata. Àquela época, os tratamentos eram restritos e pouco eficazes no combate à doença. Professor na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), atuou muito na formação política estadual do PT, rodando o estado, traduzindo a filosofia para a militância. A despeito da morte anunciada, queria sempre ampliar seus horizontes. A luta pela vida era também uma reafirmação desse militante de compromisso, que se manteve até o fim sensível aos movimentos populares, à democracia, a uma forma de ver, sentir e mudar o mundo com a razão de quem tem ideal, um legado que se coloca para além da morte.

Um homem de fé e ideologia, que em sua trajetória de vida e nos debates colocou as disputas no campo das idéias e sempre argumentou pela coletividade e solidariedade. João Pedro morreu em 1998, mas deixou sua marca. Contribuiu para a construção da Articulação de Esquerda. Ajudou, com sua sólida formação, a se constituir no que foi a tendência e o que ela ainda é: história de comprometimento, de lealdade e princípios.

Arquivo P13

Adão Pretto: liderança e coerência

Arquivo P13

João Pedro Stédile

"Conheci nosso querido Adão Pretto, há mais de 30 anos. Nos conhecemos numa atividade de pastoral da diocese de Frederico, aonde ele era um líder de sua comunidade e ministro da eucaristia. Frei Sergio Gorgen o apresentou fazendo muito boas referências, de que se tratava de um pequeno agricultor, lutador, honesto, trabalhador, pai de nove filhos. E que tinha muito futuro. Criava sua família com o trabalho na roça, nas costas do rio Miraguaí.

Naqueles tempos de ditadura militar, era muito difícil encontrar pessoas corajosas, que se dispusessem a defender os interesses da comunidade. Desde o início o admirei por sua sensibilidade social, por sua coerência, e franqueza. Nos encontros, costumava colocar em versos singelos, as idéias que matutava e as avaliações que fazia da política. Por sua liderança e dedicação, foi eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Miraguaí, naqueles finais da década de setenta, na onda das oposições sindicais, que renovaram nosso movimento sindical.

No sindicato, dedicou-se a organizar os pequenos agricultores na luta por preços melhores, e também, com tantos sem-terras na sua base, passou a organizar o movimento dos sem terra. Logo, transformou- se numa referência política em toda região. Lembro dele, tambem, da Romaria da Terra que realizamos em 1981, na encruzilhada Natalino, com nosso primeiro grande acampamento.

Adão Pretto declamou com um filho pequeno, uma trova gauchesca denunciando as formas capitalistas de exploração dos pequenos agricultores e defendendo a necessidade da luta. Impactou a todos os mais de 25 mil participantes.

O tempo foi passando, e em 1986 organizamos a maior ocupação de terras no Rio Grande do Sul, que foi a então Fazenda Anoni. Com mais de 2 ,5 mil famílias. E lá estava o Adão Preto. Naquele mesmo ano, elegeu-se deputado estadual. Seria o primeiro deputado estadual camponês a tomar posse na Assembléia Legislativa. Uma grande vitória do movimento camponês do Rio Grande do Sul. No início, muitos colunistas da imprensa burguesa, riam de seu pouco estudo, afinal tinha apenas a terceira série do primário. A resposta veio numa atuação exemplar em defesa dos pequenos agricultores e sem-terras que impactou a toda sociedade gaúcha, e lhe deu o Premio Springer de melhor deputado. Depois elegeu-se deputado federal, defendendo com a mesma garra e coerência na Câmara dos Deputados e no dia a dia, os interesses da classe trabalhadora.

Adão Pretto não era o parlamentar padrão, que conhecemos. Não gostava da tribuna. Mas estava presente em todas as lutas sociais que se realizaram nesses últimos vinte anos. E as fazia repercutir no parlamento, na forma de leis ou de denúncia. Sempre o mesmo. Simples. Com uma coerência impressionante. Nunca titubeou. O critério básico que usava em sua vida e na participação política, era se perguntar, o que interessa aos trabalhadores? E independente de tudo, os defendia. Tambem, deu exemplo na sua forma de fazer campanha política. Nunca aceitou receber nenhum centavo de ajuda financeira de nenhuma empresa. Por mais que seus colegas debochassem de perder oportunidades de receber polpudas ajudas das Aracruzes, Vales, e outros corruptores.

Todas as campanhas foram realizadas pela militância, e em debates das idéias e de projetos. Os trabalhadores, o povo gaúcho perdem um de seus grandes lutadores sociais. O MST e a Via Campesina perdem um de seus líderes mais coerentes e dedicados. Todos nós perdemos. Mas fica seu exemplo. Que certamente o imortalizará. Grande Adão Pretto, nos deixará saudades a todos".

João Pedro Stédile integra a direção do MST. Este e outros textos e imagens sobre Adão Pretto estão na página eletrônica www.memoriaadaopretto.com.br/principal.asp

Alguns desafios da AE

Valmir Assunção

Arquivo P13

Fui incumbido de fazer uma breve reflexão sobre o papel da Articulação de Esquerda na atual conjuntura. Não é uma tarefa fácil, diante de tantos fatores. Prefiro "começar pelo começo"!

Há 18 anos, verificamos que era necessário um instrumento que pudesse servir para a organização dos nossos militantes. Se por um lado, o Partido dos Trabalhadores já tinha se consolidado como este instrumento em nível de partido, sabíamos, por outro, que os rumos deveriam ser disputados para que o pragmatismo eleitoral não nos contaminasse ao ponto de esquecermos qual a nossa verdadeira tarefa: a construção do socialismo e da luta da classe trabalhadora. Assim nasceu a AE.

Acredito que seja consenso que a nossa decisão de fundar a AE foi acertada. Dentro do PT, participamos de construções importantes que levaram não só à vitória de Lula em 2002, mas também da série de mudanças substanciais da sociedade brasileira que foram obtidas através da ação do nosso Partido. No entanto, não construímos a AE para sucumbir naquilo que sempre criticamos. É preciso avançar na luta organizativa da nossa classe e não vejo outra forma de fazê-lo, senão através de uma aproximação efetiva e orgânica da nossa corrente com as lutas sociais.

O primeiro Congresso da AE significa um momento novo, estratégico, onde precisamos de um esforço coletivo para revigorar a capacidade de formulação programática e a incidência concreta da AE na definição dos rumos do PT, da esquerda, do seu diálogo e relacionamento com os movimentos sociais e com a luta socialista.

Conseguimos manter o terceiro governo sob a nossa sigla, mas não avançamos na luta real contra o latifúndio, o atraso, a direita que hoje está presente no Legislativo, no Judiciário, sobre a cultura política do nosso povo. São os movimentos do campo e da cidade, como o MST, o conjunto do movimento negro, LGBT, o movimento feminista, os/as sindicalistas que estão à frente da disputa dos rumos políticos do Brasil, fazendo assim o contraponto necessário diante da ofensiva conservadora. Organizados internacionalmente, muitas vezes, criam redes de atuação popular que deve inspirar o nosso cotidiano; deve pautar a nossa atuação dentro do PT; devem estar presentes na organicidade de nossa corrente.

Estamos desafiados a termos dinamismo, a sermos um pólo organizador dos militantes combativos, dos/as lutadoras/as do povo! Isso incorre em mudanças. Precisamos inovar! Precisamos de uma AE vocacionada a ser um impulso de um movimento amplo por mudanças concretas, rumo ao socialismo!

Valmir Assunção, deputado federal pelo PT-BA, membro da direção estadual AE Bahia e militante do MST

A Articulação de Esquerda e a luta LGBT

Lula Ramires, Ricardo Santana e Wesley Francisco*

Homossexuais estão presentes no Partido dos Trabalhadores desde a sua fundação, mas foi somente em 1993 que se deu a formalização de um núcleo de gays e lésbicas no Partido. Em 1997 o núcleo é constituído em Setorial, hoje denominado Setorial Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do PT.

A Articulação de Esquerda possui documentos, desde a sua fundação, que defendem os direitos à livre orientação sexual e identidade de gênero. A construção de uma sociedade justa e igualitária, uma sociedade socialista, passa pelo reconhecimento da luta LGBT e o combate à homofobia cotidiana.

O sistema capitalista e o poder do mercado imprimem uma lógica consumista e individualista, em que o *"pink money"* é absorvido como engrenagem das relações sociais e exclui mulheres lésbicas negras, a maioria delas pobres e, principalmente, travestis da periferia ou na prostituição. O homossexual branco, masculino e rico tem maiores chances de aceitação, muito mais que um negro pobre.

A partir dos governos no PT, com a conquista da presidência da república, em 2002, houve significativos avanços nas políticas públicas LGBT no país, a saber:

Em 2004 é lançado, ainda no primeiro governo Lula, o Plano Nacional LGBT, que estabelece as políticas a serem implementadas pelo governo e os respectivos ministérios responsáveis;

Em 2008 é realizada a I Conferência Nacional LGBT, experiência única no mundo, que contou com a presença do presidente Luis Inácio Lula da Silva na abertura;

Em 2009 é formalizada a criação da Coordenadoria LGBT no governo, no âmbito da Secretaria Nacional de Direitos Humanos;

Em 2011, já no governo de Dilma Rousseff, é decretada a formalização do Conselho Nacional LGBT, com 15 representações da sociedade civil e 15 representantes de ministérios e secretarias de governo;

A presidenta Dilma Rousseff convoca a II Conferência Nacional LGBT, a ser realizada em Brasília, em dezembro de 2011.

Propor, participar, realizar e avaliar são os caminhos abertos durante os governos do PT.

De fato, se no plano governamental as transformações colocadas em prática são positivas, o legislativo brasileiro possui um viés conservador muito forte, com a constante oposição de setores religiosos no Congresso Nacional. Isso tem impossibilitado que sejam garantidas leis necessárias ao reconhecimento de direitos. A maioria dessas leis, registre-se, são de autoria de parlamentares petistas e mesmo com a criação, no ano de 2003, da Frente Parlamentar LGBT (impulsionada em grande medida pela AE), o Congresso Nacional ainda deve a esta população o devido reconhecimento de suas pautas reivindicatórias.

No âmbito do judiciário a aprovação, pelo STF, das uniões civis homossexuais, em maio de 2011, e depois o reconhecimento e a conversão delas em casamento, por juízes de instâncias inferiores, significou a maior vitória do movimento nas últimas décadas. Outras sentenças já foram adotadas sobre a adoção entre casais do mesmo sexo e a mudança do nome civil das pessoas travestis e transexuais.

Não há dúvidas de que a atuação LGBT petista foi de suma importância para a implementação dessas políticas e que são conquistas inegáveis ao movimento. Hoje o Setorial LGBT do PT está formalmente constituído em doze estados (SP, RJ, MG, ES, BA, PE, CE, PA, AM, AL, PB, GO); noutros estados, ou estamos em processo de construção de setoriais ou possuímos militância LGBT petista, como é o caso do DF, RS, PR, MS, SC, SE, MT, TO, entre outros. Militantes LGBT da Articulação de Esquerda estão à frente dos setoriais de São Paulo, Bahia, Espírito Santo e Alagoas.

Ao mesmo tempo, a militância LGBT da AE está inserida nos diversos segmentos de organização LGBT nacionais, nos fóruns estaduais LGBT, em organismos de governos e em assessorias parlamentares. As formulações LGBT da AE, a organicidade dos/as militantes presentes no último Encontro do Setorial Nacional, a defesa do recorte de classe nas políticas sociais e o engajamento nas principais mobilizações nacionais demonstram o comprometimento da política da AE no PT e no movimento LGBT.

Destaca-se, entretanto, a necessidade de avançarmos mais na nossa prática organizativa que dê conta de:

1 – Mapear e aglutinar os/as demais militantes, espalhados nos estados e que não têm vida orgânica com a militância LGBT da AE;

2 - Instrumentalizar a militância para a luta socialista, através de cursos de formação política;

3 – Aumentar nossa inserção nos movimentos populares, de luta por moradia, de bairros;

4 - Melhorar nossa comunicação interna;

5 - Criar espaços para nossa autoconstrução dentro da tendência, e

6 - Empoderar a militância em nossas instâncias internas.

Lula Ramires é Coordenador Geral do Setorial Estadual LGBT do PT-SP; **Ricardo Santana** é Coordenador Nacional do Setorial LGBT do PT e do Setorial Estadual LGBT do PT-BA; **Wesley Francisco** é Coordenador Geral do Setorial Estadual LGBT do PT-BA.

A luta é o local

Guilherme Guimarães de Azevedo

Arquivo P13

Bancada da AE no Congresso da UNE

Nós da Juventude da AE e da tese Reconquistar a UNE disputamos a União Nacional dos Estudantes considerando que o movimento estudantil deve ter como norte a autonomia frente a governos, a democracia interna e coletivização dos espaços, a defesa das bandeiras da área da educação e a aliança com outros movimentos sociais na luta por uma sociedade que supere o capital.

Frente ao Governo Lula, nos colocamos de forma crítica aos projetos que iam de encontro à educação emancipatória e popular, mas ao mesmo tempo na defesa da expansão e democratização do acesso ao ensino superior. E foi assim que em 2010 fomos pras ruas apoiar Dilma Presidenta, derrotando a direita raivosa e construindo a possibilidade de avançarmos nas já vitoriosas conquistas dos últimos anos.

Em 2011 não mudamos de lado nem muito menos voltamos para a casa achando que os nossos problemas seriam resolvidos com a eleição da primeira mulher presidenta. Continuamos nos espaços da base estudantil, construindo luta e aproximando mais pessoas do ME.

Em janeiro, como já colocamos em outros textos e relatos da atuação da JAE/Reconquistar a UNE, a participação de vários Estados e dos quatro cantos do Brasil no 13º CONEB no Rio de Janeiro, aliada com a renovação de noss@s militantes fez com que conseguíssemos ter uma boa intervenção e conseguíssemos potencializar a organização e coletivizarmos as tarefas pra construção de nossa tese ao 52º Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes. O CONEB foi um marco: renovamos-nos, pensamos a política, nos organizamos e planejamos nossas atuações pro semestre.

E a resposta foi rápida. Logo depois nos destacamos nas lutas e disputas estaduais que a Reconquistar a UNE participou. A coerência da nossa política deu nitidez para construirmos o ME: duro combate aos inimigos da educação – como as forças de direita e as mantenedoras das universidades privadas – e às práticas burocráticas, anti-democráticas e imobilistas da direção majoritária da UNE. Foram variadas vitórias nas eleições de delegad@s, o que deu ânimo e certeza para nossa galera ir á Goiânia ocupar o CONUNE.

E com esses ventos, chegamos ao "coração do Brasil" . Vieram delegações de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; do Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais; da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Piauí; Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal, resultando num crescimento de 25% de nossa bancada em relação ao ultimo CONUNE. Dessa turma, havia presença de estudantes de universidades privadas, comunitárias, estaduais, federais e do ensino à distância, além da diversidade de mulheres, homens, negr@s, LGBTs, indígenas e sem terras.

No 52º CONUNE colocamos em prática o que já vínhamos discutindo: a luta é o local da UNE. Tivemos uma importante intervenção no ato unificado em defesa dos 10% do PIB pra Educação, garantindo um carro de som, todos os Estados puderam fazer o repasse e colocar a importância da luta por mais verbas da educação, mas que seja casado com a defesa contínua pela educação emancipatória e pala Universidade Democrática e Popular. Ainda no congresso, a JAE / Reconquistar a UNE organizou junto com o MST, a Via Campesina, outros movimentos sociais e forças políticas um ato importante contra o Código Florestal. É um exemplo do que queremos pro nosso período: unificar o campo de esquerda e implodir a aliança de classes dada na sociedade a partir do governo.

Nossas intervenções nos debates do congresso e nas propostas de resolução foram imprescindíveis pra que os/as estudantes tivessem uma posição que fugisse do debate pequeno dos que são contra ou à favor do governo. Foi importante dizer que o governo tem suas contradições e decisões dúbias, reflexo da luta de classes presente no Brasil. Dessa forma, somente se soubermos distinguir nitidamente os avanços e conquistas dos retrocessos e contradições teremos condições de retomar as mobilizações de massas, indispensáveis para fazer pender a correlação de forças para o lado da classe trabalhadora e garantir um rumo socialista para as reformas estruturais.

A nossa condução política teve sempre como prioridade as forças do PT. Mas algumas teses preferiram se acomodar na base da UJS ao invés de inserir o PT como alternativa ao imobilismo e ao burocratismo. Essa tarefa coube às forças da esquerda do PT. Firmou-se uma alternativa que denuncia o equívoco – tanto da direção majoritária quanto da oposição de esquerda – de manter as ações do Governo como parâmetro das ações do ME, tornando-o meramente reativo e acrítico, incapaz de pautar a sociedade e o próprio governo federal.

Para o próximo período, continua a luta: Reconquistar a UNE! E pra isso, pra além das críticas à direção majoritária e a falta de democracia da entidade, precisamos entender o momento e não vacilar. O adesismo acrítico já não acumula rumo aos avanços necessários, simplesmente defende o que já foi feito. Nossos inimigos estão dentro e fora de governos e reitorias: cabe a nós identificá-los e golpeá-los ao lado de nossos aliados. É hora de analisarmos o momento, radicalizarmos na democracia e autonomia do movimento estudantil, empunhar a bandeira na UNE pra colocá-la no seu lugar: nas ruas, na luta e com as/os estudantes!

Guilherme Guimarães de Azevedo é da executiva eleita no 52º Congresso da UNE

CONGRESSO DA AE

Brasília: 29, 30 e 31 de julho de 2011

A última semana de julho de 2011 será bastante intensa para os militantes da Articulação de Esquerda.

*No dia 23 de julho, sábado, inicia mais uma Jornada Nacional de Formação, com o curso **Estudo das Resoluções da AE**.*

No dia 28 de julho, quinta-feira, ocorre a abertura conjunta de duas plenárias nacionais da tendência: uma delas dedicada ao tema Educação, a outra dedicada ao tema Política Agrária e Agrícola.

No dia 29 de julho, sexta-feira, ocorre a abertura do Congresso Nacional da Articulação de Esquerda.

Os quatro eventos (curso, plenárias, Congresso) são abertos a todos os militantes petistas que desejem participar. Evidentemente, o voto nas plenárias e no Congresso segue as disposições regimentais que podem ser conferidas em www.pagina13.org.br.

Segue a programação detalhada (sujeita a correções) dos quatro eventos:

23/7/2011 (sábado)
Estratégia, programa e concepção de partido nas resoluções da AE
O lugar do eleitoral, questões da comunicação e propaganda político-ideológica

24/7/11: (domingo)
As mulheres e a luta pelo socialismo
Questão agrária e a luta pelo socialismo
Classe trabalhadora e a luta pelo socialismo

25/7/11: (segunda-feira)
História da luta pelo socialismo

26/7/11: (terça-feira)
História da Luta pelo Socialismo

27/7/11: (quarta-feira)
História do Brasil

28/7/11: (quinta-feira)
História do PT
História do Governo Lula e Perspectivas
19h: Abertura das plenárias de Educação e de Política Agrária/Agrícola

29/7/11: (sexta-feira)
Credenciamento dos delegados
Plenárias
15h: Reunião da direção nacional da AE
19h: Abertura do Congresso da AE

30/7/11: (sábado)
9h: Instalação do Congresso, aprovação do Regimento Interno, eleição da Mesa Diretora, da Comissão de Emendas, da Comissão Eleitoral e da Comissão de Credenciamento, recursos de credenciamento
11h: Apresentação, debate e votação, em plenária, das propostas de texto-base
14h: Discussão e votação das propostas de emendas aos textos-base
20h: Jantar e festa

31/7/11: (domingo)
9h: Discussão e votação das propostas de emendas aos textos-base
12h: Apresentação, defesa, votação, apuração e proclamação do resultado para a Direção Nacional e Comissão de Ética
14h: Encerramento/almoço